

**SECRETARIA DE PORTOS-SEP  
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN  
Autoridade Portuária  
CNPJ 34.040.345/0001-90**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **EXERCÍCIO DE 2011**

**NATAL – RN**

**DEZEMBRO/2011**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE PORTOS-SEP  
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN  
Autoridade Portuária  
CNPJ 34.040.345/0001-90**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **EXERCÍCIO DE 2011**

**Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011.**

**NATAL – RN  
DEZEMBRO/2011**

<b>SUMÁRIO</b>	<b>PÁGINAS</b>
Identificação	05
1. Introdução	06
2. Planejamento, Gestão Orçamentária e Financeira	09
2.1 Responsabilidades Institucionais	09
2.1.1 Competência Institucional	09
2.1.2 Objetivos Estratégicos	09
2.2 Estratégias de atuação frente a responsabilidades institucionais	10
Infraestrutura e Gestão Portuária	10
Gestão Empresarial e de Pessoas	10
Porto de Natal	11
Terminal Salineiro de Areia Branca	13
Porto de Maceió	15
2.3 Programas do Governo sob a responsabilidade da unidade (Ação, Execução da Ação e Resultado Alcançado)	16
2.3.1 Programa 1459 – Vetor Logístico Nordeste Setentrional	16
2.3.2 Execução do Programa	17
2.3.3 Execução Física do Programa	17
2.3.4 Execução Financeira do Orçamento de Investimento	18
2.3.5 Programa de Investimentos com Recursos Próprios	19
2.3.6 Gestões das Ações	19
2.4 Programa e Execução de Dispendios Globais – PDG	28
2.5 Indicadores Institucionais	31
2.6 Indicadores Econômicos e Financeiros	35
3. Informações sobre Recursos Humanos	36
4. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei n. 8730/1993, relacionada à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	45
5. Sistema de Controle Interno	46
6. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	48
7. Gestão do Patrimônio Imobiliário	50
8. Gestão da Tecnologia da Informação	52

9. Providências adotadas para atender o TCU ou do órgão de Controle Interno no exercício	53
10. Informações sobre recomendação da Auditoria Interna	64
11. Demonstrações contábeis previstas na lei nº 6.404/1964	68
12. Parecer dos Auditores Independentes	83
13. Parecer da Auditoria Interna	85
14. Deliberação do Conselho de Administração	86
15. Parecer do Conselho Fiscal	87
16. Declaração da Secretaria de Órgãos Colegiados	88
17. Composição Acionária do Capital Social	89
18. Remuneração paga aos Administradores	90
19. Informações sobre Entidade Fechada de Previdência Complementar	92
20. Outras Informações	93

## IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Presidência da República			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Secretaria de Portos – SEP			<b>Código SIORG:</b>
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN			
<b>Denominação abreviada:</b> CODERN			
<b>Código SIORG:</b>	<b>Código LOA:</b> 20.212	<b>Código SIAFI:</b>	
<b>Situação:</b> Em funcionamento			
<b>Natureza Jurídica:</b> Sociedade de Economia Mista			
<b>Principal Atividade:</b> Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes			<b>Código CNAE:</b> 52
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	Tel. (84) 4005-5311	FAX (84) 4005-5320	
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:dpresidente@codern.com.br">dpresidente@codern.com.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.codern.com.br">www.codern.com.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Eng.º Hildebrando de Góis, Nº 220- CEP 59.010-700 - Ribeira–Natal–RN			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Ata de Constituição e Estatuto Social aprovado pelo Decreto Nº 66.154, de 29/01/1970, publicado no D.O.U. de 03/02/1970.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto Social, Regimento Interno, Manual de Estrutura Organizacional e Plano de Cargos, Carreira e Salários.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ; Regulamentos de Operação e de Atracação; Tarifa Portuária			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
Unidade Gestora 396005	Gestão 39815		

## 1. INTRODUÇÃO

Os procedimentos adotados para a elaboração deste Relatório de Gestão estão de acordo com a Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 11.638/2007, de 28/12/2007, e pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009, que regem as sociedades por ações e demais legislações pertinentes, observando-se ainda as determinações constantes da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01 de setembro de 2010 e as Decisões Normativas TCU nº 108/2010, de 24 de novembro de 2010, TCU nº 117/2010, de 19 de outubro de 2011 e Portaria TCU nº 123/2011, de 12 de maio de 2011.

O presente Relatório tem por objetivo apresentar as principais ações desenvolvidas e os resultados alcançados no decorrer do exercício de 2011 pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, que administra o Porto de Natal, o Terminal Salineiro de Areia Branca e o Porto de Maceió, este mediante convênio com a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP.

Com base nas recomendações dos instrumentos normativos referidos, apresentamos os itens da DN TCU nº 107/2010, Anexo II, que não se aplicam à natureza da CODERN, em face da Companhia não receber recursos do Orçamento Fiscal e Seguridade Social e não ser usuária do Sistema Integrado de Administração Financeira- SIAFI, nos termos da legislação específica. Informamos, no entanto, que a CODERN recebe recursos para investimentos via SIAFI, utilizados apenas para pagamento dos investimentos e das demandas trabalhistas, mediante transferência para a conta corrente da Companhia para honrarmos os compromissos financeiros com os prestadores de serviços:

### **Parte A, item 3, do anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.**

A CODERN não apresentou as informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos por não receber recursos do Orçamento Fiscal e Seguridade Social e não ser usuária do Sistema Integrado de Administração Financeira- SIAFI, nos termos da legislação específica.

### **Parte A, item 4, do anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.**

A CODERN não apresentou as informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores pelas mesmas razões acima relatadas.

### **Parte A, item 6, do anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.**

A CODERN não realizou transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres vigentes em 2011.

### **Parte A, item 7, do anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.**

Em razão do explicitado no item acima, não é necessário à CODERN apresentar a Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

### **Parte A, item 13, do anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.**

Não aplicáveis à CODERN informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

**Parte A, item 14, do anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.**

Não aplicáveis à CODERN informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

**Parte B, itens 1 e 2, do anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.**

Não aplicáveis à CODERN Declaração do contador e os demonstrativos contábeis, previstos na lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

## **REALIZAÇÕES**

A CODERN, Autoridade Portuária responsável pela gestão do Complexo Portuário do Rio Grande do Norte, que compreende os portos públicos de Natal, Areia Branca (Terminal Salineiro), além do Porto público de Maceió, revela com satisfação a evolução dos resultados obtidos no ano de 2011, sempre alinhados aos objetivos preconizados pelos seus Planos Diretores e amparados em projetos de inteira viabilidade técnica, econômica e ambiental respaldados pela Secretaria de Portos da Presidência da República.

O presente Relatório de Gestão 2011 mostra com clareza a evolução da CODERN frente ao cumprimento da sua missão estratégica, demonstrando os esforços de seu quadro diretivo em torná-la, a cada ano, uma Empresa mais ágil, eficiente e competitiva, pronta a ser solução logística para a economia da região atendida por seus portos. A equipe de colaboradores que a compõe busca, a cada dia, enfrentar os novos desafios, promovendo alternativas gerenciais para apresentar soluções aos problemas emergidos da sociedade.

As soluções que foram apresentadas estão em perfeita sintonia com o papel institucional da Companhia e consistem fundamentalmente no desenvolvimento de projetos e programas focados no constante aprimoramento das infraestruturas de acesso aquaviário e terrestre, promovendo a competitividade dos portos por ela administrados e a continuidade de um amplo processo de revisão de métodos e procedimentos administrativos e gerenciais objetivando o saneamento econômico-financeiro da CODERN, além de haver sido iniciada a elaboração de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS.

Entre as principais ações da CODERN, no ano de 2011, estão as finalizações da obra de Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca com conclusão prevista para março/2012, as obras de recuperação do carregador de navios, do “drive house” e do “turn table”, as obras da Recuperação das suas instalações administrativas (em Natal e no Terminal Salineiro de Areia Branca – Porto Ilha), além dos estudos que permitirão a Dragagem do Canal de Acesso ao Terminal Salineiro e a Dragagem dos Estuários que dão acesso às Salinas, ambas inseridas no PAC II e obras fundamentais a garantir o abastecimento de sal à indústria cloro-química brasileira. Também deve ser mencionada a nova adequação dos PDZs dos portos de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca.

Em Maceió, foi concluída a importante obra do cais de contêineres. Neste porto permanecem ainda os esforços objetivando a disponibilidade de mais um berço no Terminal de Granéis Líquido, após dragagem, bem como as adequações estruturais dos cais existentes e dragagem destes para a cota de 14 metros.

Frise-se que, do processo de execução dos serviços de dragagem dos acessos aquaviários ao Porto de Natal, aí incluído o alargamento da sua bacia de evolução, foi realizado o percentual de 97% que já significam a ampliação de 10,0 m para 12,5 m de profundidade em toda a extensão e largura anterior. Essa obra, realizada pela Secretaria de Portos – SEP dentro do Programa Nacional de Dragagem – PND, irá modernizar ainda mais o setor portuário do Estado do Rio Grande do Norte, melhorando as condições de navegabilidade do estuário do Rio Potengi e beneficiando toda a economia do estado do Rio Grande do Norte.

No tocante, ainda, ao Porto de Natal, a elaboração do projeto básico para construção de um Terminal Marítimo de Passageiros, já inserido no PAC da Copa 2014 permitirá sua licitação em janeiro de 2012 e dotará a cidade de condições adequadas para recepcionar os navios de cruzeiro. A licitação da ampliação do berço 3 em 220 metros e respectiva retro área que liberará este Porto para a navegação de Cabotagem aguarda apenas a recepção de licença ambiental, concluídos todos os estudos e procedimentos suficientes e necessários. Almeja-se também a conclusão das ações governamentais para liberação e incorporação de área da Comunidade do Maruim para dar sustentação às demandas por espaço de armazenagem e de atracação de navios em face da diversificação de cargas do porto. Vislumbra-se ainda o estudo de projeto para a construção de um porto na margem esquerda do Porto de Natal a atender às demandas econômicas do Rio Grande do Norte, sobretudo, para o setor mineral e de energia eólica em plena expansão no Estado.

O Complexo Portuário sob a gestão da Companhia Docas do Rio Grande do Norte registrou, em 2011, um volume total de movimentação de cargas da ordem de 4,9 milhões de toneladas, registrando um acréscimo de 1% em relação ao ano de 2010.

Destacamos que o Porto de Natal continuou em permanente crescimento em 2011, sendo implantado o sistema de combate a incêndio que se somou aos trabalhos conclusos da pavimentação completa das vias internas e de seus pátios, da ampliação das subestações de energia com a implantação de geradores e do embutimento das redes de energia, telefonia e de fibra ótica, além de melhorias nas redes de abastecimento de água.

Enfatizamos que em todas as obras realizadas nesta empresa, permanecemos rígida e criteriosamente realizando o acompanhamento, tanto operacional como financeiro, objetivando a completa observância das exigências técnicas, dos termos contratuais, do respeito ao meio ambiente e sempre dando prosseguimento ao Plano de Segurança Portuária.

Senhores Acionistas, de acordo com as disposições estatutárias, eis aqui elencadas as principais ações estratégicas e resultados da CODERN ocorridos em 2011. Reafirmamos o compromisso de, sob as diretrizes da SEP, atender às necessidades dos Estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas, que são crescentes, mas a CODERN está amplamente habilitada com a elaboração permanente de projetos com olhos fitos no futuro para atendê-las e impulsionar a economia desses dois estados de maneira cada vez mais decisiva. Somente assim estaremos impulsionando o comércio internacional do país, numa demonstração de alinhamento às políticas públicas para esse setor econômico tão primordial para o desenvolvimento do Brasil.

Agradecemos a confiança de nossos clientes e usuários em nosso trabalho à frente da CODERN, trazendo os produtos de seus centros de produção até nossos portos com ganhos em logística de transporte terrestre e possibilitando, assim, maior competitividade às suas empresas no mercado internacional. Permanece o nosso compromisso de continuar um atendimento sempre adequado de forma a facilitar o fluxo de movimentação de cargas e fomentar novos negócios e oportunidades.

Na oportunidade, reconhecemos e agradecemos a fundamental colaboração de todos os empregados que fazem a CODERN atingir seus objetivos; a expressiva interação com os sindicatos obreiros da classe portuária (em especial, com o Sindicato que congrega os nossos empregados, o que se traduziu em negociações de acordos coletivos com cordialidade e respeito mútuo) com o Órgão Gestor de Mão-de-Obra, com os Operadores Portuários, com as



entidades intervenientes na operacionalidade de nossos portos e, principalmente, do apoio e credibilidade dos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e de Autoridade Portuária em nossa gestão sempre pautada no espírito público de atender aos anseios econômicos e sociais da sociedade para quem atuamos.

Reconhecemos também o imprescindível apoio do Excelentíssimo senhor Ministro Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República e de todos os técnicos daquela Secretaria na garantia da aprovação dos projetos e dos recursos primordiais para o alcance desses resultados e para prosseguimentos das obras de modernização das unidades administradas pela CODERN - Porto de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e Porto de Maceió.

## **2 - PLANEJAMENTO, GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

As informações abaixo referentes a planejamento, gestão orçamentária e financeira incluem dados sobre a responsabilidade, competência, objetivos estratégicos, estratégias de atuação, planos e programas sobre responsabilidade da CODERN. Este item inclui, ainda, informações sobre atingimento de metas físicas e financeiras, desempenho operacional e indicadores e análise do desempenho.

### **2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE**

#### **2.1.1. Competência Institucional**

A CODERN tem por objetivo social realizar, em harmonia com os planos e programas da Secretaria de Portos da Presidência da República, a administração e a exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio Grande do Norte sob sua jurisdição e responsabilidade e demais funções inerentes ao exercício da autoridade portuária nos termos da Lei Federal nº 8.630 de 25 de fevereiro de 1993.

Além do objeto social acima, a CODERN poderá realizar a administração e exploração comercial de portos organizados e instalações portuárias localizadas em outros Estados, bem como administrar vias navegáveis interiores, por delegação do Governo Federal, mediante assinatura de convênios. É exatamente convênio com a interveniência da Secretaria de Portos da Presidência da República que torna a CODERN responsável pela Administração do Porto de Maceió.

#### **2.1.2. Objetivos estratégicos**

Dotar os portos administrados pela CODERN de obras de infraestrutura marítima e terrestre objetivando atender a demanda dos clientes exportadores e importadores e dos usuários, contribuindo para o escoamento da produção na Região e fortalecendo dessa maneira os aspectos econômico, social e ambiental dos Estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas e do Brasil.

## **2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

A CODERN, inserida na Política Nacional de Revitalização e Modernização Portuária proposta pela Secretaria Portos do Governo Federal, traçou para o ano de 2011 estratégias de capacitação da gestão empresarial e de expansão de infraestrutura, conforme segue:

### **Infraestrutura e Gestão Portuária**

O Porto de Natal passou por obras de dragagem e derrocagem do Rio Potengi para a profundidade de -12,50m DHN e a ampliação da bacia de evolução, obra da Secretaria de Portos, que apresentou no final de 2011, 97% concluída. Deu continuidade a melhoria da infraestrutura realizando a complementação da pavimentação do pátio norte e a sinalização horizontal e vertical das vias internas e pátios do Porto de Natal; a recuperação das calhas de águas pluviais do cais; a recuperação das instalações físicas do prédio sede, aí incluídas a sua adequação para propiciar melhor acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades especiais e a reforma dos seus banheiros; a reforma do alojamento do setor de operações do Porto de Natal; a recuperação da cobertura dos armazéns 01 e 02; os serviços de revisão e manutenção do sistema de refrigeração do armazém frigorífico; a complementação das instalações de prevenção a incêndios dessa instalação portuária; a aquisição de materiais para o sistema de balizamento do canal e de manutenção do sistema ISPS-CODE.

Prosseguiram as tratativas junto à Prefeitura do Natal no afã de se conseguir acrescer ao Porto a área da “Comunidade do Maruim” essencial para prosseguirmos em linha ascendente no crescimento e foi obtido o Termo de Guarda Provisória junto a União de terreno acrescido de marinha com área igual a 3.765 m<sup>2</sup> e limítrofe ao Porto. Foram desenvolvidas ações, estudos e projetos básicos visando as obras do PAC II referentes ao Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Natal e à Construção de berço 4, lado norte, em mais 220 m e retroárea de 8.000 m<sup>2</sup> também do Porto de Natal.

No Terminal Salineiro de Areia Branca ocorreu praticamente a finalização da obra de ampliação chegando a 97 % do volume contratado; foram concluídos os serviços de recuperação do carregador de navios (CN), torre de transferência e mesa de rotação e estão em andamento as obras de reforma das instalações administrativas consistindo de alojamentos, refeitório, enfermaria e salas de apoio com 97 % concluída. Ressalta-se a importância dessas obras para manter o desempenho operacional do terminal para as próximas décadas. Realizou-se também a aquisição de novos equipamentos para a movimentação do sal e a manutenção do sistema de segurança ISPS-CODE.

No porto de Maceió foi concluída a obra do cais de contêiner, restando apenas o seu aparelhamento no tocante às instalações elétricas, hidráulicas, entre outras. Como se sabe, trata-se de uma obra da Secretaria de Portos, administrada pela CODERN mediante convênio.

### **Gestão Empresarial e de Pessoas**

A CODERN contratou consultoria especializada para elaboração de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os empregados dos portos de Natal e de Areia Branca e constituiu comissão interna para o acompanhamento desse trabalho. Encontra-se em fase final para ser submetido à diretoria executiva e seguir os trâmites necessários a sua aprovação. Ressalta-se a importância da implementação do PCCS que objetiva corrigir as distorções funcionais e salariais atualmente existentes, com reflexos na rotatividade de pessoal e no clima organizacional da companhia.

Em 2011 foi dado início ações que visam à elevação do desempenho da CODERN, implementando mecanismos de aprendizado organizacional com foco na Gestão Portuária por Resultados. Esse trabalho desafiador, que envolve principalmente a sensibilização do corpo funcional para implantação das melhores práticas gerenciais, somente está sendo possível pelo forte e decisivo apoio da Secretaria de Portos-SEP ao firmar convênio com o SENAI de Santa Catarina para desenvolver esse trabalho.

Na área jurídica da CODERN no tocante a resultados, prevenções e processos, registra-se o reduzido número de demandas novas, nas quais, em sua maioria, a CODERN saiu vencedora. Os esforços para evitar bloqueios judiciais em conta corrente e, também, liberar valores aprisionados têm se revelado vitoriosos. Os trabalhos desse setor foram intensificados diante da campanha “Pauta Zero” do Conselho Nacional de Justiça.

Na esfera comercial, é importante destacar a diversificação dos clientes com atuação no segmento de pás e equipamentos eólicos e no setor mineral, dando melhores resultados ao faturamento da companhia. Foi dada continuidade às ações para fortalecer o serviço marítimo para Europa de carga em contêiner para os exportadores e importadores. Ou seja, a CODERN buscou o atendimento de forma compatível com as necessidades de seus clientes, atuando nas especificidades das cargas de cada um dos seus portos administrados, visando à qualidade dos serviços ofertados e do melhor uso e aproveitamento da sua infraestrutura portuária.

Dessa forma, a CODERN vem realizando seus investimentos, principalmente em infraestrutura, nos portos de Natal, Areia Branca e Maceió, sempre em consonância com as diretrizes e políticas delineadas pela Secretaria de Portos, que muito tem apoiado o enfrentamento dos desafios pela Companhia.

O plano de ação contemplou os seguintes itens:

### **Porto de Natal**

#### **Obras concluídas**

- Complementação da Pavimentação do Pátio Norte:  
Para a ampliação dos espaços físicos do Porto de Natal foi necessário que a área de 3.765m<sup>2</sup>, obtida por meio de Termo de Guarda Provisória junto à União, fosse pavimentada de maneira que pudesse proporcionar a estocagem de contêineres.
- Recuperação das calhas de águas pluviais do cais:  
Exigência feita por parte da ANTAQ para a CODERN recuperar tais calhas devido à precária situação.
- Recuperação das instalações físicas dos banheiros do prédio sede:  
Para melhoria das condições de higiene e limpeza das instalações sanitárias da CODERN, no intuito de proporcionar aos seus funcionários e visitantes a incorporação de hábitos mais saudáveis.
- Serviços de revisão e manutenção do sistema de refrigeração do armazém frigorífico:  
Adaptação do frigorífico para funcionamento de apenas uma câmara objetivando economia de materiais como a amônia e de energia elétrica.
- Aquisição de materiais para o sistema de balizamento:  
Considerando a recomendação da Praticagem para aumentar a segurança da navegação após a obra de dragagem do canal do porto, foi necessária a aquisição de

equipamentos – bóias, correntes, lanternas sinalizadoras solares, correntes de aço, manilhas, tornéis e anilhas – em complementação ao sistema existente.

#### **Obras iniciadas e em andamento:**

- Recuperação da cobertura dos armazéns 01 e 02 e do prédio de operações:  
Foi necessária essa obra visto que a presença de umidade e água prejudicam totalmente o armazenamento das cargas nos armazéns, podendo tornar oneroso para a CODERN, além de causar possíveis avarias nos equipamentos elétricos e de informática presentes no prédio do setor de operações.
- Obra de sinalização horizontal e vertical das vias internas e pátios de armazenagem:  
Visou a segurança dos usuários e funcionários do Porto, além da necessidade de atendimento de item do TAC nº 081/2007 - Termo de Ajuste e Conduta firmado entre o Porto de Natal e o Ministério do Trabalho.
- Serviços de complementação das instalações do sistema de prevenção a incêndio:  
A importância da execução de tal obra visou garantir os meios necessários ao combate a incêndio, evitar ou minimizar a propagação do fogo, facilitar as ações de socorro e assegurar a evacuação segura dos ocupantes das edificações, prezando, desta maneira, pela segurança dos usuários e funcionários do Porto. Atendeu também o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 023/2009, de 02/12/2009, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários — ANTAQ, bem como a necessidade das exigências para obtenção do licenciamento ambiental do porto junto ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN — IDEMA, no que se refere à emissão de HABITE-SE pelo Corpo de Bombeiros Militar do RN — CBMRN.
- Reforma do alojamento do Setor de Operações e adequação de edifício sede no que tange a acessibilidade de PPNE:  
Foi necessária para adequar as instalações existentes em virtude do aumento na demanda operacional ocorrida no porto ao longo dos anos, que acarretou um aumento no número de funcionários no setor de operações e a então área do alojamento (vestiário, sanitários, área de descanso e refeitório) estava pequena e inadequada.
- Instalação de concertina e reforço da estrutura do muro da retroarea do Porto de Natal para adequação ao Sistema de ISPS-CODE:  
Necessária para reforçar a segurança das instalações da retroarea externa do Porto de Natal devido a grande quantidade de recepção e movimentação de cargas soltas e do aumento da armazenagem e movimentação de contêineres em virtude da safra 2010/2011. Possibilitou também salvaguardar a CODERN com relação a furtos de material que eventualmente venham a ocorrer, por se tratar de pátio distante cerca de 200 metros das instalações do Porto.
- Aquisição e instalação de defensas pneumáticas de borracha para permitir a atracação de navios de maior calado no cais;

#### **Projetos em licitação com previsão de início de 2012**

- Construção do Terminal Marítimo de Passageiros:  
Construção de instalações adequadas para recepção e atendimento de turistas, prevendo espaços para todos os órgãos federais e estaduais ligados às operações

portuárias, visando acima de tudo atender à demanda proveniente da Copa de 2014, com recursos do PAC II.

### **Projetos elaborados para implantação futura**

- Construção de um berço de atracação com 220 metros na direção norte e ampliação da retroarea em 11.855 m<sup>2</sup>:  
Deve-se à necessidade premente de ampliação do cais em decorrência do aumento da frequência de navios que torna constante a ocupação integral de todos os berços. Isso exige a construção de mais um berço multiuso de atracação para evitar a espera de embarcações mercantes ou de cruzeiro e, assim, possibilitar a oferta de melhor serviço.
- Integração da área da comunidade do Maruim à retroarea do Porto de Natal:  
Esta ampliação absolutamente exigível em decorrência da movimentação atual do Porto, torna-se imprescindível para a implantação da nova linha de cabotagem, que exige mais espaço para movimentação de contêiner minimizando, desta maneira, o gargalo existente de falta de área no porto.
- Construção de um Terminal Multiuso com cais de 1.000m lineares de extensão e 1 km<sup>2</sup> de retroarea, na margem direita do Rio Potengi, em frente ao atual Porto de Natal:  
Este empreendimento constitui a principal alternativa para atendimento das perspectivas de crescimento do transporte via modal marítimo no estado do Rio Grande do Norte, em decorrência da limitação de espaço para ampliação significativa do atual Porto de Natal.

### **Terminal Salineiro de Areia Branca**

#### **Obras concluídas**

- Serviços de Recuperação do Carregador de Navios (CN), Torre de Transferência (Drive House) e Mesa de Rotação (Turn Table):  
Os serviços foram necessários uma vez que essas instalações se encontravam em condições críticas de conservação, principalmente, devido ao ambiente altamente agressivo em que está exposto, apresentando elementos estruturais com acentuado grau de corrosão.
- Aquisição de um Trator de esteiras:  
O incremento operacional ao Terminal Salineiro demandará uma maior utilização de equipamentos rodantes para atender as novas capacidades de descarregamento de barças e carregamentos de navio advindas da obra de ampliação do Terminal.
- Aquisição e montagem de galpão em chapa de aço:  
Este galpão tem a finalidade de abrigar os equipamentos rodantes (pás mecânicas e tratores) e demais equipamentos que operam no terminal, protegendo-os assim, do ambiente agressivo (corrosivo), o qual compromete a vida útil dos mesmos
- Aquisição de 02 (Duas) plataformas elevatórias para manutenção do sistema de segurança ISPS-CODE:  
Devido à recomendação do Ministério do Trabalho com relação a trabalhos em alturas no âmbito da segurança e da saúde no trabalho, esses equipamentos foram

adquiridos para executar a manutenção preventiva e corretiva no conjunto de câmeras do sistema de segurança ISPS-CODE existentes nas instalações do Terminal em terra e no alto mar.

### **Obras e serviços iniciados e em andamentos**

- Ampliação da Ilha Artificial para estocagem de sal a granel, do cais de barcaças; instalação de 01 (um) descarregador de barcaças; potencialização dos transportadores de correia e utilidades:  
Esta obra é de grande importância econômica para o estado do Grande do Norte tendo em vista que mais de 95% da produção brasileira de sal está concentrada no Estado e, portanto faz-se necessário que o Terminal Salineiro se modernize, tornando o processo de descarregamento das barcaças e carregamento dos navios mais rápido e, assim, mais competitivo para que, desta forma, possa atender a crescente demanda do mercado que utiliza grandes volumes de sal nos seus processos de fabricação (indústria química, refino de petróleo, produtos minerais não metálicos, indústria do cloro soda, papel e gráfica, etc.).
- Execução das obras de reforma e ampliação das instalações administrativas:  
Existe a necessidade de reforma e ampliação das instalações administrativas para proporcionar melhores condições de trabalho, higiene e conforto aos que trabalham e se utilizam das dependências do Terminal Salineiro, visto que o prédio atual encontra-se em péssimas condições de utilização e conservação.
- Aquisição de cabine e máquina de jateamento para manutenção de equipamentos:  
Para ser utilizada na maioria dos equipamentos e dos elementos estruturais presentes no Terminal que são do tipo metálico, sofrendo forte ação corrosiva.
- Aquisição de 01 (uma) pá carregadeira:  
Após a conclusão da obra de ampliação do terminal, haverá um considerável aumento de área disponível, e, portanto, faz-se necessário a reposição desse equipamento para atender ao incremento na demanda operacional que esta obra proporcionará.

### **Projetos elaborados para implantação futura**

- Aquisição de 01 (uma) lancha para uso em mar aberto, cabinada, tipo ambulância, destinada a prestar socorro a pacientes do Terminal Salineiro de Areia Branca-RN: Para cumprimento do item 09 do Termo de Ajuste e Conduta nº 1961, firmado pela CODERN junto ao Ministério Público do Trabalho.
- Contratação de empresa especializada para fornecimento de mão-de-obra marítima para operação e condução de embarcação, no serviço de transporte de acidentado(s) e/ou enfermo(s), em alto mar, com equipe(s) a disposição 24 horas por dia, entre o Terminal Salineiro (off-shore) e a gerência do Terminal (terra), em Areia Branca/RN:  
Será necessária a contratação tendo em vista a aquisição de uma lancha tipo ambulância para transporte de acidentado e/ou enfermo do Terminal Salineiro, e o fato de que a CODERN não possui em seu quadro permanente mão-de-obra marítima para operação e condução de embarcação em alto mar e considerando a necessidade de cumprimento do item 09 do Termo de Ajuste e Conduta nº 1961, firmado entre a CODERN e o Ministério Público do Trabalho.

- Contratação de empresa especializada para execução de sondagem tipo jet probe no canal de acesso aquaviário do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN para subsidiar a elaboração do projeto básico de dragagem de aprofundamento por resultado do referido canal.
- Fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra para perfuração de poço tubular profundo, com aproximadamente 1.270 metros de profundidade, para exploração do aquífero açu no Terminal Salineiro de Areia Branca/RN.
- Dragagem do Canal de Acesso e da Bacia de Evolução ao Terminal Salineiro de Areia Branca com a finalidade de igualar a profundidade mínima de 17 metros:  
A execução desta obra acompanhada dos ajustes/adaptações complementares possibilitará a navegação de navios com capacidade de até 200.000 TPB, no canal de acesso.
- Dragagens dos braços de mar da região de Areia Branca, Macau e Galinhos para acesso das barcaças ao Terminal Salineiro de Areia Branca:  
Esta obra irá permitir o tráfego de barcaças sem restrições de horário em virtude das variações de maré.

### **Porto de Maceió**

#### **Obras e serviços concluídos**

- Serviços de levantamento batimétrico de precisão com emprego do Sistema de Monofeixe para a Geomorfologia do Porto de Maceió;
- Serviços de consultoria do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento.

#### **Obras e serviços iniciados e não concluídos:**

- Continuação dos serviços de operação, manutenção do sistema, gerenciamento e execução de cadastro de pessoal e veículo e fornecimento de estação de cadastro como continuidade de implementações atinentes ao ISPS – CODE;
- Continuação da atualização do programa de arrendamento;
- Continuação dos serviços de contratação de empresa de consultoria para elaboração e desenvolvimento de projetos para aumento do calado do Porto de Maceió, compreendendo: 1) Projeto básico estrutural dos cais existentes, visando possibilitar o aumento do calado para -14 metros; 2) Revisão e adaptação do projeto de dragagem existente e 3) Atualização do estudo de viabilidade técnica e econômica existente.
- Continuidade das obras de Construção do Cais de Contêineres com previsão da entrega definitiva para o exercício de 2012.

#### **Projetos elaborados para implantação futura**

- Dragagem do Píer de Granéis Líquido;
- Construção de mais um berço no Terminal de Granel Líquido (TGL), após dragagem.
- Execução de reforço estrutural para aumento da profundidade do Porto de Maceió.

## 2.3 - PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

### 2.3.1 - Programa 1459 – Vetor Logístico Nordeste Setentrional

O Vetor Logístico Nordeste Setentrional abrange o sistema multimodal de transportes dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e o nordeste da Bahia. O programa inclui ações que reduzirão o custo do transporte de cargas, melhorarão o acesso de insumos e a competitividade dos produtos na região, tanto no mercado interno e no mercado externo, além de apoiar a infraestrutura turística.

Os recursos orçamentários previstos neste programa foram no montante de R\$ 203.366.308 (Duzentos e três milhões, trezentos e sessenta e seis mil e trezentos e oito reais), conforme quadro abaixo:

<b>RECURSOS DE INVESTIMENTOS DO PROGRAMA VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL</b>		
<b>Origem</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor aprovado R\$</b>
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>Dotação Ordinária</b>	<b>178.376.422</b>
	<b>Saldo de Exercício Anterior</b>	<b>24.266.486</b>
<b>CODERN</b>	<b>Recurso Próprio</b>	<b>723.400</b>
<b>Total</b>		<b>203.366.308</b>

Do valor aprovado para o exercício de 2011, como dotação ordinária, foi contingenciado R\$ 15,6 milhões, corte de 8,77%. Foram repassados para a CODERN somente R\$ 148,9 milhões, representando liberação de 83,49 %, sendo R\$ 125,1 milhões, relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento–PAC e R\$ 23,8 mil correspondentes ao Programa de Trabalho – Demais, restando um saldo a receber em 2012 de R\$ 13,8 milhões, correspondente a 7,74 %. Todos os percentuais são relativos à Dotação Ordinária aprovada no valor de R\$ 178,4 milhões.



### 2.3.2 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Desse montante aprovado, foi realizado o valor abaixo demonstrado:

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
	203.366.308		121.073.541		59,5

Ressaltamos que o índice realizado de 59,5 % refere-se ao valor aprovado de R\$ 203,4 milhões. Se excluirmos deste valor o total de R\$ 29,4 milhões que não foram recebidos, teríamos como recursos disponíveis o valor líquido de R\$ 174,0 milhões e comparando-se o realizado de R\$ 121,1 milhões o citado índice de realização seria de 69,6 % e não 59,5 % como apresentado.

### 2.3.3 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA

#### Dados do Programa 1459 – Vetor Logístico Nordeste Setentrional

Tipo do programa	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas
<b>Objetivos específicos</b>	Recuperação e melhoria da infraestrutura portuária.
<b>Gerente de Programa</b>	Secretaria de Portos-SEP
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Usuário de transportes nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

#### Execução Física das ações realizadas pela CODERN

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
26	784	1459	6504	P	3	Unidade	6,0	0,0	3,0
26	784	1459	2D18	A	3		0,0	0,0	19,0
26	784	1459	10IO	P	3		100,0	0,0	0,0
26	784	1459	10VP	P	3	Percent.	59,0	10,8	0,0
26	784	1459	10VV	P	3	Percent.	40,0	14,0	0,0
26	784	1459	12LP	P	PAC COPA	Percent	54,0	0,0	57,0
26	784	1459	12LN	P	3	Percent	20,0	0,0	5,0
26	784	1459	10RW	A	3	Percent	0,0	0,0	0,0
26	784	1459	10EE	A	3	Percent	0,0	0,0	0,0
26	784	1459	2C05	A	3	Percent	0,0	0,0	24,0
26	784	1459	122V	P	PAC	Percent	45,0	45,0	3,0
26	784	1459	1D15	P	3	Percent	52,0	0,0	0,0
26	126	0807	4102.24	A			0,0	0,0	0,0
26	126	0807	4102.27	A			0,0	0,0	0,0
26	126	0807	4103.24	A			0,0	0,0	0,0
26	126	0807	4103.27	A			0,0	0,0	0,0
		TOTAL							

Fonte: Orçamento de Investimentos

### 2.3.4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

<b>Execução Financeira das ações realizadas pela CODERN</b>									
Em R\$ 1,00									
Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
26	784	1459	6504	P	3	Unidade	2.150.000	0	3.000.000
26	784	1459	2D18	A	3		14.774.424	1.018.231	21.508.529
26	784	1459	10IO	P	3		4.500.000	0	0
26	784	1459	10VP	P	3	Percentual	1.760.364	190.773	1.569.592
26	784	1459	10VV	P	3	Percentual	497.794	174.280	323.514
26	784	1459	12LP	P	PAC COPA	Percentual	13.158.131	0	43.700.000
26	784	1459	12LN	P	3	Percentual	5.400.000		11.000.000
26	784	1459	10RW	A	3	Percentual	5.843.780	0	
26	784	1459	10EE	A	3	Percentual	1.981.793	262.142	1.619.650
26	784	1459	2C05	A	3		35.272.950	7.663.474	21.844.595
26	784	1459	122V	P	PAC	Percentual	116.503.672	111.645.371	5.623.181
26	784	1459	1D15	P	3	Percentual	1.000.000	0	1.000.000
26	126	0807	4102.24	A			200.000	13.166	200.000
26	126	0807	4102.27	A			44.400	42.762	267.340
26	126	0807	4103.24	A			250.000	54.799	237.500
26	126	0807	4103.27	A			29.000	8.543	25.550
TO TAL							203.366.308	121.073.541	111.919.451

Fonte: Orçamento de Investimentos

### RELAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA

- 6504 - Estudos e Projetos para Racionalização de Operações Portuárias e Proteção ao Meio Ambiente;
- 2D18- Manutenção da Infraestrutura do Porto de Natal – RN;
- 10IO - Construção da Nova Sede Administrativa do Porto de Natal;
- 10VP - Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Natal – RN;
- 10VV - Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Terminal Salineiro de Areia Branca – RN;
- 12LP - Adaptação de Armazém Frigorífico para Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal;
- 12LN - Construção do Berço 4 no Porto de Natal – RN;
- 10RW - Obras de Recuperação e Adequação de Infraestrutura do Porto de Natal – RN;
- 10EE – Ampliação e Recuperação dos Portos do Rio Grande do Norte;
- 2C05 - Manutenção da Infraestrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN;
- Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca;
- 1D15 - Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Maceió – AL;

### 2.3.5 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DA CODERN COM RECURSOS PRÓPRIOS ESTÃO NAS SEGUINTE AÇÕES:

- Manutenção e Adequação dos Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos do Porto de Natal-RN;
- Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – AL;
- Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – RN;
- Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – AL;

### 2.3.6 - GESTÃO DAS AÇÕES

#### Ação 10VP – Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Natal - RN

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Dotar as instalações portuárias de condições de segurança e de prevenção a ameaças de ataques terroristas e outros ilícitos que comprometam suas atividades
Objetivos específicos	A ação consiste em implantar sistema de segurança utilizando tecnologias de controle como câmara de vídeo (CFTV), isolamento físico com muros e cercas, guardas equipados e treinados, sistema de controle de acesso e troca de informações entre os responsáveis da Instalação Portuária e dos navios. A ação ocorrerá nos limites dos Portos e Terminais Portuários, cais de acesso e bacia de evolução
Público-alvo (beneficiários)	Área portuária, instalações administrativas, armadores, donos de mercadorias, municípios circunvizinhos e usuários em geral.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos-SEP
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

#### Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
59,0	1.760.364	10,8	190.773	18,3	10,8

#### Resultado Alcançado

Projeto executado com Recursos do Tesouro Nacional para aumento do Capital Social, sendo R\$ 1.400 mil para o exercício e R\$ 360 mil relativo a saldo de exercício anterior. Apresentou índices de desempenho físico de 18,3 % e financeiro de 10,8 % dos valores aprovados. Foram executados no exercício os serviços de complementação do (ISPS-CODE) e instalação de equipamentos a seguir revelados: Aquisição e instalação de 01 (um) no-break de 30KVA, destinado a garantir a segurança e confiabilidade da rede de energia elétrica em 110V

que supre todos os equipamentos de informática instalados no edifício sede da CODERN, contratação de empresa especializada para realização de Rotinas Programadas de Supervisão, de Diagnósticos e de Intervenções, inclusive com adequações necessárias de componentes dos sistemas instalados e a instalar para atendimento ao ISPS-CODE do Porto de Natal, Instalação de concertina e reforço da estrutura do muro da retroarea externa do Porto de Natal para adequação ao Sistema de ISPS-CODE. Em razão dos recursos no valor R\$ 1.400 mil aprovados para o exercício terem sido liberados somente no final de outubro de 2011, não foi possível apresentar um melhor índice de desempenho.

### **Ação 10VV – Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Terminal Salineiro de Areia Branca - RN**

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
40,0	497.794	14,0	174.280	35,0	35,0

Resultado Alcançado

Projeto executado com Recursos do Tesouro Nacional para aumento do Capital Social, sendo R\$ 400 mil aprovado para o exercício e R\$ 98 mil relativo a saldo de exercício anterior. Apresentou índices de desempenho físico e financeiro de 35 % relativos aos valores aprovados para 2011. Foram executados no exercício os serviços de complementação do (ISPS-CODE) e instalação de equipamentos a seguir revelados: Ampliação do sistema de segurança portuária do Terminal salineiro de Areia Branca para fornecimento e instalação de materiais e Implantação do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR do Terminal Salineiro de Areia Branca. Considerando que R\$ 400 mil acima citado só foi liberado nos últimos dias do mês de outubro de 2011, deixamos de apresentar melhor índice de desempenho.

### **Ação 1D15 – Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Maceió - AL**

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
52,0	1.000.000	0,0	0,0	0,0	0,0

Resultado Alcançado

Projeto a ser executado com recursos do Tesouro Nacional no valor de R\$ 1.000 mil para Aumento do Patrimônio Líquido. Não houve realização nesta ação em decorrência do recurso aprovado para o exercício ter sido liberado somente em 26/10/2011, sem tempo hábil para execução dos serviços.

## Ação 2C05 – Manutenção da Infraestrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca - RN

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Atender a demanda do Consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais, através do aumento na confiabilidade dos equipamentos disponíveis.
Objetivos específicos	Recuperação e melhoria da infraestrutura portuária.
Público-alvo (beneficiários)	A indústria salineira da região, armadores, indústria cloroquímica brasileira e, por consequência, a economia nacional, a economia do Rio Grande do Norte e todos os consumidores.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

### Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	35.272.950	-	7.663.474	-	21,7

### Resultado Alcançado

Projeto executado com Recurso do Tesouro Nacional para Aumento do Patrimônio Líquido, sendo R\$ 17.600 mil em 2011, dos quais foi contingenciado R\$ 8.000 mil, R\$ 12.920 mil de Restos a Pagar de 2010 recebido no último trimestre de 2011 e R\$ 4.753 mil, relativo a Saldo de Exercício Anterior. Apresentou índice de desempenho financeiro de 21,7 % do valor aprovado. Foram realizados aquisição de equipamentos, obras e serviços a seguir revelados: Serviços de Recuperação do Carregador de Navios (CN), Torre de Transferência (Drive House) e Mesa de Rotação (Turn Table); Execução das obras de reforma e ampliação das instalações administrativas do Terminal Salineiro de Areia Branca; Aquisição e montagem de galpão em chapa de aço tipo galvalume; Fornecimento de Trator de esteiras para o Terminal Salineiro de Areia Branca; Aquisição de 02 (Duas) plataformas elevatórias autopropelidas tipo tesoura com altura máxima de trabalho de aproximadamente 11,50m (Onze vírgula Cinquenta) metros para manutenção do conjunto de câmeras do sistema de segurança ISPS-CODE na GERTAB e TERSAB; Aquisição de Caminhão de 02 eixos com carroceria aberta tipo carga seca para transporte de material entre a CODERN/SEDE e GERTAB/Areia Branca e vice-versa; aquisição de cabine e máquina de jateamento com recuperação semi-automática de abrasivo para serem utilizadas na manutenção dos equipamentos/elementos metálicos existentes no Terminal Salineiro; aquisição de 01 (uma) pá carregadeira para ser utilizada no Terminal Salineiro de Areia Branca.

Em razão dos recursos R\$ 17.600 aprovado em Lei ordinária para o exercício não ter sido liberados, R\$ 12.920 mil relativos a Restos a Pagar liberados somente R\$ 5.060 mil em finais de outubro/2011 e 7.860 mil em dezembro/2011, não houve mais tempo hábil para execução dos serviços, impossibilitando assim, a apresentação de um melhor índice de desempenho.

## Ação 2D18 – Manutenção da Infraestrutura do Porto de Natal - RN

Tipo do programa	Finalístico
Objetivo geral	Atender a demanda do Consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais.
Objetivos específicos	Recuperação e melhoria da infraestrutura portuária.
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários do Porto e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

### Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	14.774.424	-	1.018.231	-	6,9

### Resultado Alcançado

Projeto executado com Recursos do Tesouro Nacional para Aumento do Patrimônio Líquido, sendo R\$ 5.700 mil em 2011, do qual foi contingenciado R\$ 2.500 mil, R\$ 7.592 mil de Restos a Pagar e R\$ 1.482 mil referente a saldo de exercício anterior. Apresentou índice de desempenho financeiro de 6,9 % do valor aprovado. Foram executados os seguintes serviços: Complementação da Pavimentação do Pátio Norte do Porto de Natal; Obras de recuperação das calhas de águas pluviais do cais do Porto de Natal; Recuperação das instalações físicas dos banheiros do prédio sede da CODERN; Contratação de empresa para a execução das obras de recuperação da cobertura dos armazéns 01 e 02 e do prédio de operações do Porto de Natal; Execução da obra de sinalização horizontal e vertical das vias internas e pátios de armazenagem do Porto de Natal; Execução dos serviços de complementação das instalações do sistema de prevenção a incêndios do Porto de Natal; Execução dos serviços de revisão e manutenção do sistema de refrigeração do armazém frigorífico do Porto de Natal para funcionamento da câmara 01; Reforma do alojamento do SETOPE e adequação de edifício sede da CODERN no que tange a acessibilidade de PPNE; Contratação de empresa especializada para realização de Rotinas Programadas de Supervisão, de Diagnósticos e de Intervenções, inclusive com adequações necessárias de componentes dos sistemas instalados e a instalar para atendimento ao ISPS-Code do Porto de Natal; Fornecimento de bóias de sinalização náutica para o sistema de balizamento do Porto de Natal; Fornecimento de lanternas sinalizadoras solares para o sistema de balizamento do Porto de Natal e Fornecimento de correntes de ação, manilhas, torneis e anilhas para o sistema de balizamento do Porto de Natal;

**Ação 10EE – Obras de Recuperação e Adequação de Infraestrutura do Porto de Natal - RN**

Tipo	Projeto
Objetivo Geral	Atender a demanda do consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais
Objetivos Específicos	Recuperação e melhoria da infraestrutura portuária
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
50,0	1.981.793	-	262.142	-	13,2

Resultado Alcançado

Projeto financiado com recursos do Tesouro Nacional para Aumento do Patrimônio Líquido. Para o ano de 2011 foi aprovado R\$ 1.982 mil decorrente de Saldo de Exercício Anterior. Foram adquiridas defensas pneumáticas de borracha para permitir atracação de navios de maior calado no cais do Porto de Natal.

**Ação 10RW – Ampliação e Recuperação dos Portos no Estado do Rio Grande do Norte**

Tipo	Projeto
Objetivo Geral	Atender a demanda do consumo interno e para exportação. Oferecer melhores condições operacionais
Objetivos Específicos	Recuperação e melhoria da infraestrutura portuária
Público-alvo (beneficiários)	O comércio e a indústria da região, usuários e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.
Gerente de Programa	Secretaria de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
0,0	5.843.780	0,0	0,0	0,0	0,0

Resultado Alcançado

Projeto financiado com recursos do Tesouro Nacional para Aumento do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 5.844 mil decorrentes de Saldo de Exercício Anterior. Não houve realização nesta ação no exercício findo em razão da viga de paramento a ser executada com esse recurso ter sido incluída nas obras do Terminal Marítimo de Passageiro no Porto de Natal, para tanto, o valor disponível deverá ser utilizado em outra obra ou equipamento.

## Ação 122V – Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Objetivo Geral</b>	Atender o abastecimento das indústrias de química geral, petroquímica, cloro-soda e outros produtos das indústrias farmacêutica, metalúrgicas e de alimentos que exigem grandes volumes de sal nos seus processos de fabricação, inviáveis de serem transferidos por caminhão, pois representam atualmente 1,8 milhões de toneladas anuais.
<b>Objetivos Específicos</b>	Ampliar a plataforma de armazenamento de sal e do cais de barçaça, aumentar a capacidade do sistema de transporte e aquisição de equipamento descarregador de barçaça.
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	O comércio e a indústria da região, usuários e armadores e a economia do Rio Grande do Norte.
<b>Gerente de Programa</b>	Secretaria de Portos
<b>Coordenador da Ação</b>	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

### Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
45,0	116.503.672	45,0	111.645.371	100,0	95,8

### Resultado Alcançado

Projeto executado com Recursos do Tesouro Nacional repassado para aumento do Patrimônio Líquido, sendo R\$ 79.256 mil no exercício, 27.300 mil de Resto a Pagar de 2010 e R\$ 9.948 mil decorrente de saldo de exercício anterior. Está ação está inserida no Projeto de Aceleração do Crescimento – PAC. Apresentou índices de desempenho físico de 45,5 % e financeiro de 95,8 % dos valores aprovados. Deu continuidade as obras de Ampliação da Ilha Artificial para Estocagem de Sal à Granel, do Cais de Barçaças, Instalação de 01 (um) Descarregador de Barçaças, Potencialização dos Transportadores de Correia e Utilidades do Terminal Salineiro de Areia Branca.

## Ação 10IO – construção da Nova Sede Administrativa do Porto de Natal

### Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
100,0	4.500.000	0,0	0,0	0,0	0,0

### Resultado Alcançado

Projeto aprovado com Recursos do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido. Não houve execução, pois esta ação foi totalmente contingenciada.



**Ação 12LP – Adaptação de Armazém Frigorífico para Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal – RN.**

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
54,0	13.158.131	0,0	0,0	0,0	0,0

Resultado Alcançado

Projeto aprovado com Recursos do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido (PAC COPA). Não houve execução, pois esta Ação encontra-se em fase licitatória.

**Ação 12LN – Construção do Berço 4 no Porto de Natal - RN**

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
3,0	5.400.000	0,0	0,0	0,0	0,0

Resultado Alcançado

Projeto aprovado com Recursos do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido. O projeto básico e o estudo de viabilidade econômica estão concluídos, porém não foi licitado pelo fato de que o projeto não conseguiu ainda a Licença de Instalação a ser fornecida pelo órgão ambiental do Estado (IDEMA).

**Ação 6504 – Estudos e Projetos para Racionalização de Operações Portuárias e Proteção ao Meio Ambiente**

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
6,0	2.150.000	0,0	0,0	0,0	0,0

Resultado Alcançado

Projeto aprovado com Recursos do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido. Foi contingenciado R\$ 650 mil e não houve liberação de recursos, em consequência não houve execução no exercício.

## **Ação 4102 – Manutenção e Adequação dos Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos**

Dados gerais do programa

Tipo do programa	Atividade
Objetivo geral	Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.
Objetivos específicos	Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.
Público-alvo (beneficiários)	Usuários das instalações portuárias.
Gerente de Programa	Secretaria Especial de Portos
Coordenador da Ação	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

### **Ação 4102.0024 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – RN**

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	200.000	-	13.166	-	6,6

Resultado Alcançado

Investimentos realizados com recursos próprios. O desempenho financeiro indica uma realização de 6,6 % do valor aprovado. Foram adquiridos 01 balança eletrônica, 01 bomba dosadora, 05 armários de 02 portas, 01 arquivo de aço pasta suspensa, 03 fragmentadora de papel, 01 geláguia, 01 triturador de alimentos, 01 cafeteira elétrica de 8 litros, 01 lavadora de pressão com carrinho, 06 cadeiras de secretária e 02 aspirador jateador de ar. O baixo desempenho deve-se à falta de geração de receita própria.

### **Ação 4102.0027 – Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquina -AL**

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	44.400	-	42.762	-	96,3

Resultado Alcançado

Investimentos realizados com recursos próprios. O desempenho financeiro indica uma realização de 96,3 % do valor aprovado. Foram adquiridos 04 máquinas de calcular, 07 armários de aço, 26 aparelhos de ar condicionado, 01 geláguia e 03 beliches.

## **Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**

Dados gerais do programa

<b>Tipo do programa</b>	Atividade
<b>Objetivo geral</b>	Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.
<b>Objetivos específicos</b>	Realização de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Usuários das instalações portuárias.
<b>Gerente de Programa</b>	Secretaria de Portos
<b>Coordenador da Ação</b>	Companhia Docas do Rio Grande do Norte

## **Ação 4103.0024 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – RN**

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	250.000	-	54.799	-	21,9

Resultado Alcançado

Investimentos realizados com recursos próprios. O desempenho financeiro indica uma realização de 21,9 % do valor aprovado. Foram adquiridas 02 leitoras para certificado digital, 09 impressoras, 01 software filizolla, 14 nobreak, 14 micro computador, 01 televisor de 42 “ LCD, 02 teclados, 01 aparelho de som reproduzidor, 01 par de autofalantes, 01 antena interna, 02 telefone sem fio, 01 software Microsoft Windows 7 profissional e 04 telefones LPD – 6212D. O baixo desempenho deve-se à falta de geração de receita própria.

**Ação 4103.0027 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – AL**

Execução da Ação

Prevista		Realizada		Índice de Realização	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
-	29.000	-	8.543	-	29,5

Resultado Alcançado

Investimentos realizados com recursos próprios. O desempenho financeiro indica uma realização de 29,5 % do valor aprovado. Foram adquiridos: 03 impressoras, 03 computadores, 01 nobreak e 01 monitor de 15,6". O baixo desempenho deve-se à falta de geração de receita própria.

**2.4 PROGRAMA E EXECUÇÃO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG**

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VALORES APROVADOS E REALIZADOS RELATIVO AO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG PARA O EXERCÍCIO DE 2011.**

PROJETOS/ATIVIDADES	APROVADO	EXECUTADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO %
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>54.565.078</b>	<b>52.224.180</b>	<b>95,71</b>
Operacionais	41.935.229	40.646.521	96,93
Não Operacionais	12.629.849	11.577.659	91,67
<b>REC. P/ AUM. PAT. LIQUIDO</b>	<b>188.876.422</b>	<b>148.920.533</b>	<b>78,85</b>
Participação da União no Capital	188.876.422	148.920.533	78,85
<b>TOTAL DOS RECURSOS</b>	<b>243.441.500</b>	<b>201.144.713</b>	<b>82,63</b>
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>203.366.308</b>	<b>121.073.541</b>	<b>59,53</b>
Investimentos	203.366.308	121.073.541	59,53
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>70.242.574</b>	<b>49.095.591</b>	<b>68,89</b>
Pessoal e Encargos Sociais	26.613.050	24.920.526	93,64
Materiais e Produtos	4.389.982	3.432.177	78,18
Serviços de Terceiros	11.664.074	10.867.870	93,17
Utilidades e Serviços	2.413.671	2.382.389	98,70
Tributos Encargos Parafiscais	6.904.716	6.303.560	91,29
Outros Dispêndios	18.257.081	1.189.069	6,51
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS</b>	<b>273.608.882</b>	<b>170.169.132</b>	<b>62,19</b>

Receita Corrente - O Quadro acima indica um valor estimado para o exercício em R\$ 54,6 milhões, contra R\$ 52,2 milhões realizados, representando um índice de realização de 95,71%.

Ressaltamos os motivos para não alcançar a meta estimada para 2011, conforme segue:

### **Receita Operacional**

A CODERN não atingiu o montante das receitas operacionais previstas em virtude de ter apresentado pequeno crescimento da movimentação de cargas. Os portos administrados pela CODERN operacionalizaram mais de 4,9 milhões de toneladas de produtos, crescendo 1,2% em relação ao exercício de 2010, conforme segue:

1. Porto-Ilha – Apresentou uma redução em virtude da queda nos embarques de sal de 19,02 % em relação ao ano de 2010. Fortes chuvas ocorridas na região nos últimos anos; aliada ao baixo estoque de sal nas salinas e aumento da importação de sal do Chile pelo mercado interno, que em 2011 manteve-se em torno de 1.000.000 de toneladas, repercutiram na redução dos embarques, refletindo na receita operacional.
2. Porto de Natal – Apresentou crescimento de 19,01% na tonelagem movimentada, que não foi suficiente para em termos de faturamento compensar os valores faturados a menos do estimado para o Porto-Ilha;
3. Porto de Maceió - Apresentou crescimento de 10,78% em relação ao exercício de 2010

### **Receita Não operacional**

1. GERTAB + PORNAT – Indica uma redução de 9,08 % em razão de não se ter concretizado o valor aprovado para o item demais receitas não operacionais;
2. Porto de Maceió – Apresentou uma variação de menos 3,04 % do valor aprovado em razão da rescisão do contrato de arrendamento do Rebocador Corumbá.

**Recurso para Aumento do Patrimônio Líquido** – Foi aprovado para o exercício o montante de R\$ 188,9 milhões, dos quais foram contingenciados R\$ 15,7 milhões, restando R\$ 173,2 milhões, sendo R\$ 162,7 milhões para investimentos e R\$ 10,5 milhões para saneamento financeiro, destinado ao pagamento de saldo remanescente de parcelamento de dívida junto ao Instituto de Seguridade Social – PORTUS, que não foi liberado. Foi repassado no exercício de 2011 somente para investimentos o montante de R\$ 148,9 milhões, cujo índice de repasse foi de 78,82 %. A diferença de R\$ 40,00 milhões não recebida até 31/12/2011 apresenta um índice de 21,18 % do valor aprovado.

**Investimentos** – Foi aprovado para 2011 o valor de R\$ 203,4 milhões, dos quais foi contingenciado R\$ 15,7 milhões, restando R\$ 187,7 milhões, sendo R\$ 163,4 milhões de recursos para Aumento do Patrimônio Líquido, R\$ 24,3 milhões de Saldo de Exercício Anterior e R\$ 0,7 milhão de recursos próprios. Foi realizado durante o exercício o montante de R\$ 121,1 milhões com índice de realização de 59,5 % sobre o valor aprovado e 64,52 % sobre os recursos disponíveis.

**Dispêndios correntes** – O total fixado para 2011 foi de R\$ 70,2 milhões, contra uma realização de 49,1 milhões, indicando um índice executado de 69,89 %, a seguir relacionados acompanhado dos comentários que se fizeram necessários:

**Pessoal e Encargos Sociais** – Valor aprovado de R\$ 26,6 milhões e realizado 24,9 milhões, indicando um índice de execução de 93,64 % em relação ao fixado, estando dentro dos limites aceitáveis.

**Materiais e Produtos** – Foi fixado o valor de R\$ 4,4 milhões e realizado o total de R\$ 3,4 milhões, tendo o índice de realização alcançado 78,18 % do valor fixado. A geração de recursos próprios em razão da queda de 20,00 % na movimentação do Terminal Salineiro de Areia Branca, contribuiu para o baixo desempenho na manutenção do Porto-Ilha.

**Serviços de Terceiros** – Foi aprovado para 2011o valor de 11,7 milhões e executado R\$ 10,9 milhões, com índice de realização de 93,17 %.

**Utilidades e Serviços** - Do valor de R\$ 2,4 milhões fixados para este item, foi realizado R\$ 2,3 milhões, representando um índice de realização de 98,70 %, cujo índice de execução está dentro dos limites aceitáveis.

**Tributos e Encargos Parafiscais** - Foi fixado o valor de R\$ 6,9 milhões e realizado R\$ 6,3 milhões com um índice de execução de 91,29 %. Considerando que este item é projetado levando-se em consideração a receita estimada para o exercício, a sua realização está atrelada ao cumprimento da meta estabelecida para as receitas, que no caso foram alcançadas.

**Outros Dispêndios** - Do valor de R\$ 18,3 milhões fixados para este item, foi executado R\$ 1,2 milhões, representando um índice de realização de 6,56 %. Ressaltamos que o índice de desempenho abaixo dos acima observados neste grupo, deve-se ao fato de R\$ 10,1 milhões para pagamento de dívida junto ao Instituto de Seguridade Social – PORTUS, aprovado como crédito adicional no final do exercício de 2011, não ter sido repassado pelos órgãos competentes até 31 /12/2011, como também os R\$ 5,0 milhões solicitados pela CODERN para saneamento financeiro não ter sido acatado pelos órgãos competentes.

## 2.5 INDICADORES INSTITUCIONAIS

Para o acompanhamento e avaliação de suas ações, a CODERN vem adotando os indicadores abaixo relacionados:

- Tonelada Movimentada
- Receita Operacional Por Tonelada
- Custo Operacional Por Tonelada
- Custo Operacional Por Empregado
- Comprometimento das Despesas Com Pessoal

### TONELADA MOVIMENTADA

#### Descrição

Volume de cargas embarcadas e desembarcadas nos portos de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e de Maceió.

#### Tipo

Desempenho Operacional

#### Fórmula de Cálculo e Medição

Somatório da tonelada movimentada por porto.

#### Polaridade

Maior melhor

#### Responsável pelo Cálculo

Gerência de Planejamento - GEPLAN

#### Valores Apurados

O volume por tonelada 2011 em relação a 2010 está apresentado na tabela abaixo:

PORTOS	2007	2008	2009	2010	2011	VAR. % 2011/2010
Natal	342.243	320.121	274.707	301.075	358.319	19,01
Areia Branca	1.706.111	1.898.594	1.779.371	1.605.450	1.285.919	(19,92)
Maceió	3.113.369	3.753.343	2.780.348	2.982.800	3.304.243	10,78
Total	5.161.723	5.972.058	4.834.426	4.889.325	4.948.481	1,20

#### Comentários

De forma consolidada, em 2011 a movimentação dos portos administrados pela CODERN apresentou pequeno crescimento de 1,20% em relação ao exercício anterior.

O Porto de Natal, em 2011, movimentou 358 mil toneladas, apresentando crescimento de 19,01% em relação a 2010. Contribuiu para esse resultado aumento de 82% do granel sólido em relação a 2010, embora tenha registrado queda de 8% na carga geral.

O movimento de embarque de sal a granel pelo Terminal Salineiro de Areia Branca, em 2011, foi de 1,2 milhão de toneladas, sofrendo baixa de 19,92% em relação a 2010, onde foram movimentadas 1,6 milhão de toneladas. Em 2011, persistiram os fatores de estoques baixos e de lenta reposição devido a fortes chuvas na região salineira, aliado à política cambial desfavorável às exportações e a forte influência da entrada do sal chileno no mercado

brasileiro, em mais de 1 milhão de toneladas. Ressalta-se também a influência da política comercial adotada por parte do setor salineiro dando mais ênfase ao mercado interno pelo modal rodoviário.

A movimentação de produtos pelo porto de Maceió registrou 3,3 milhões de toneladas, crescendo 10,78% comparativamente a 2010, identificando, assim uma pequena recuperação após os reflexos da crise mundial que atingiu a cultura sucroalcooleira do estado de Alagoas. Foram responsáveis por esse crescimento, os aumentos do granel sólido em 17,05% e do granel líquido em 14,37%, em relação ao ano anterior, mesmo registrando decréscimos na carga geral na ordem de 61%.

No ano de 2011, os portos administrados pela CODERN movimentaram 4,9 milhões de toneladas de cargas, crescendo 1,20% em relação ao exercício anterior, contribuindo assim para o escoamento da produção e para o desenvolvimento econômico dos estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas.

## **RECEITA OPERACIONAL POR TONELADA**

### **Descrição**

Receita operacional bruta consolidada dos portos de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e de Maceió gerada por tonelada movimentada nos três portos.

### **Tipo**

Desempenho Financeiro

### **Fórmula de Cálculo e Medição**

Receita operacional bruta auferida dividida pela tonelada movimentada.

### **Polaridade**

Maior melhor

### **Responsável pelo Cálculo**

Gerência de Planejamento - GEPLAN

### **Valores Apurados**

A receita operacional por tonelada 2011 em relação a 2010 está apresentada na tabela abaixo:

<b>CONSOLIDADO</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>VAR. % 2011/2010</b>
	5,90	5,85	6,82	7,35	8,21	11,82

### **Comentários**

O incremento no índice consolidado de 11,82 % no exercício de 2011 em relação a 2010 está atrelado à elevação da movimentação das cargas nos portos de Maceió e de Natal, principalmente, neste último, de cargas que têm valor agregado elevado que refletiram na receita de armazenagem.

## **CUSTO OPERACIONAL POR TONELADA**

### **Descrição**

Custo operacional bruto consolidado dos portos de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió despendido por tonelada movimentada nos três portos.



**Tipo**

Desempenho Financeiro

**Fórmula de Cálculo e Medição**

Custo operacional bruto dividido pela tonelada movimentada.

**Polaridade**

Menor melhor

**Responsável pelo Cálculo**

Gerência de Planejamento – GEPLAN.

**Valores Apurados**

O Custo operacional bruto por tonelada movimentada 2011 em relação a 2010 está apresentado na tabela abaixo:

CONSOLIDADO	2007	2008	2009	2010	2011	VAR. % 2011/2010
	8,49	7,78	9,25	12,19	10,34	(15,19)

**Comentários**

Registra queda de 15,19 % no exercício de 2011, em comparação com 2010, em consequência das reduções nas Despesas Financeiras e em Outras Despesas, e elevação da movimentação de cargas.

**CUSTO OPERACIONAL POR EMPREGADO****Descrição**

Custo operacional bruto consolidado dos portos de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió despendido por empregado, incluindo os ocupantes de cargos comissionados que não são empregados.

**Tipo**

Desempenho Financeiro

**Fórmula de Cálculo e Medição**

Custo operacional bruto dividido pelo número de empregados.

**Polaridade**

Menor melhor

**Responsável pelo Cálculo**

Gerência de Planejamento - GEPLAN

**Valores Apurados**

O Custo operacional bruto por empregado 2011 em relação a 2010 está apresentado na tabela abaixo:

CONSOLIDADO	2007	2008	2009	2010	2011	VAR. % 2011/2010
	15.226	14.956	13.100	16.759	14.664	(12,30)

### **Comentários**

O indicador apresenta decréscimo de 12,30% em relação a 2010 ocasionado por uma pequena redução do número de empregados fruto de aposentadorias, e redução nos custos conforme comentário do indicador anterior.

## **COMPROMETIMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL**

### **Descrição**

Comprometimento das despesas com pessoal e encargos, incluindo os cargos comissionados que não são empregados, em relação à receita operacional bruta dos portos de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

### **Tipo**

Desempenho Financeiro

### **Fórmula de Cálculo e Medição**

Despesa com pessoal e encargos dividida pela receita bruta.

### **Polaridade**

Menor melhor

### **Responsável pelo Cálculo**

Gerência de Planejamento - GEPLAN

### **Valores Apurados**

O comprometimento das despesas com pessoal 2011 em relação a 2010 está apresentado na tabela abaixo:

<b>CONSOLIDADO</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>VAR. % 2011/2010</b>
	60,44	58,71	47,15	53,96	45,73	(15,25)

### **Comentários**

Ressalta-se redução desse indicador em 15,25% comparado a 2010, resultante de pequena redução nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais em contrapartida a uma elevação nas receitas pelos motivos já expostos. Assegurou-se, assim, o cumprimento da CODERN ao limite estatutário que é de 65%.

## 2.6 - INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS

Além dos Indicadores acima relacionados, apresentamos também os índices da Análise Econômico-Financeira onde fica evidenciada a evolução do Balanço Patrimonial da CODERN no período analisado.

ÍNDICES	2011	2010	2009	2008	2007	VAR. % 2011/2010
Liquidez Geral	0,54	0,32	0,77	0,34	0,88	68,75
Liquidez Corrente	3,80	1,84	5,50	2,53	4,50	106,52
Liquidez Seca	2,88	1,10	4,71	0,92	2,38	161,82
Participação do Capital de Terceiros	30,53	46,82	46,39	50,32	22,02	(34,79)
Composição do Endividamento	12,30	14,20	12,91	12,84	18,81	(13,38)
Imobilização do Patrimônio Líquido	114,18	131,87	110,52	133,16	102,70	(13,41)
Imobilização dos Recursos Não Correntes	90,06	94,08	78,72	92,56	87,13	(4,27)
Giro do Ativo	0,07	0,07	0,08	0,11	0,11	0,00
Margem Líquida	(173,72)	(190,08)	(176,83)	(193,45)	(157,10)	(8,61)
Rentabilidade do Ativo	(10,73)	(3,96)	(13,66)	(21,91)	(16,67)	170,96
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	(14,00)	(20,50)	(20,00)	(32,93)	(20,34)	(31,71)

### 3 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

#### QUADRO 3.1 – FORÇA DE TRABALHO DA CODERN – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>340</b>	<b>270*</b>	<b>01</b>	<b>15</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira(1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	340	270	01	15
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	340	270	0	15
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	<b>340</b>	<b>270</b>	<b>01</b>	<b>15</b>

Fonte: QUADRO DE PESSOAL 12/2011

\* O Diretor Presidente, bem como, 16 servidores de carreira ocupantes de cargo comissionados estão inclusos no quantitativo.

**QUADRO 3.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA  
CODERN – SITUAÇÃO EM 31/12**

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>01</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	01
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>00</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>00</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>00</b>
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>00</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
<b>6. Outras situações (Auxílio Doença)</b>	<b>02</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>03</b>

Fonte: QUADRO DE PESSOAL 12/2011

**QUADRO 3.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA CODERN - SITUAÇÃO EM 3/12**

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	<b>39</b>	<b>39</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	39	03	01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	16	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	21*	0	0
1.2.5. Aposentados	0	2	0	0
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	17	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>56</b>	<b>56</b>	<b>03</b>	<b>01</b>

\* Os Diretores Administrativo e Financeiro e o Diretor Técnico e Comercial estão inclusos no quantitativo.

**QUADRO 3.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA CODERN POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>29</b>	<b>55</b>	<b>55</b>	<b>87</b>	<b>28</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	29	55	55	87	28
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>23</b>	<b>11</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	1	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	13	8	11	7
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	11	4
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>31</b>	<b>68</b>	<b>63</b>	<b>110</b>	<b>39</b>

Fonte: FOLHA DE PAGAMENTO 12/2011

**QUADRO 3.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA CODERN POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>25</b>	<b>34</b>	<b>120</b>	<b>57</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2	15	25	34	120	57	1	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>41</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	33	1	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	10	7	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>25</b>	<b>34</b>	<b>133</b>	<b>97</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: FOLHA DE PAGAMENTO 12/2011

**QUADRO 3.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA CODERN - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	<b>07</b>	<b>04</b>
1.1 Voluntária	0	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras (Aposentados por invalidez pelo INSS)	07	04
<b>2. Proporcional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>07</b>	<b>04</b>

Fonte: GERENCIA ADMINISTRATIVA

**QUADRO 3.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO DA CODERN - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Não aplicável à CODERN

**QUADRO 5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DA CODERN**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>			08	08	25.283
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio			08	08	
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>			08	08	25.283

Fonte: FOLHA DE PAGAMENTO 12/2011



**QUADRO 3.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL DA CODERN NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES**

**EM R\$ 1,00**

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vantagen s fixas	Despesas Variáveis						Despesa s de Exercí cios Anterio res	Deci sões Judi ciais	Total	
		Retribuições	Gratifi- cações (13 salário)	Adicio- nais (Ad. Risco, Ad. Noturno e H. Extra, Ad. embarque )	Indeniza- ções (Diárias e ajuda de custo)	Benefícios Assistenciais e previden- ciários (Aux. Educação)	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	5.909.435	0	861.870	5.049.810	66.126	196.400	13.721.995	0	0	24.805.636
	2010	5.960.087	0	604.840	4.309.609	44.769	119.309	10.124.272	0	0	21.162.887
	2009	4.856.669	0	471.180	3.823.926	38576	6.489	8.827.136	0	0	18.023.977
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											

E x e r c i c i o s	2011	1.924.656		250.958	284.285	63.385	9.300	358.917	98.207	0	2.989.710
	2010	2.119.254		204.938	266.559	13.065	8.000	178.618	52.496	0	2.842.929
	2009	1.717.123		151.742	233.397	32.641	24	89.452	20.122	0	2.252.206
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
E x e r c i c i o s	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	44.967	0	7.353	13.238	0	0	0	9.152	0	74.710
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: FOLHA DE PAGAMENTO 12/2011

### QUADRO 3.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA CODERN

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
GUARDA PORTUÁRIO	31	31	22	1	1
<b>Análise crítica da situação da terceirização no órgão</b>					
<p>Nesta companhia, o único contrato de prestação de serviços terceirizados em andamento que se enquadra em situação irregular por se tratar de categoria funcional prevista no PCCS da empresa é o da Central de Segurança e Valores. No entanto, após a realização do concurso público a companhia irá substituir os 08 postos de serviço (referente a 31 empregados em escala de serviço de 12h/36h) terceirizados da referida empresa, por integrantes da nossa guarda portuária, sendo previsto a substituição no percentual de 50% (cinquenta por cento) para o ano de 2012 e os outros 50% (cinquenta por cento) para o ano de 2013.</p> <p>A Companhia, através de licitação contratou a empresa GENTE DE RESULTADOS GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, que está finalizando Novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários.</p>					

Fonte: GERENCIA ADMINISTRATIVA

### QUADRO 3.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADO

A CODERN não realiza concurso público desde 2006

### QUADRO 3.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

A CODERN não realiza concurso público desde 2006

## INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

### 1. ASSIDUIDADE

#### Descrição

Horas trabalhadas, expurgadas as faltas, em relação às horas de trabalho previstas dos empregados lotados em Natal e de Areia Branca, incluindo os ocupantes de cargos comissionados que não são empregados.

#### Tipo

Desempenho Operacional sob a perspectiva de pessoas.

#### Fórmula de Cálculo e Medição

Número de horas trabalhadas dividido pelo número de horas previstas multiplicado por 100.

#### Polaridade

Maior melhor

#### Responsável pelo Cálculo

Gerência Administrativa - GEADMI

#### Valores Apurados

A Assiduidade dos empregados 2011 em relação a 2010 está apresentada na tabela abaixo:

ANO (%)		
2010	2011	VARIAÇÃO %
99,6	99,6	0,0

#### Comentários

Esse indicador de desempenho foi implantado a partir de 2009, utilizando-se para identificação de causas/efeitos de possíveis problemas que afete a presença do colaborador para o trabalho. Verifica-se que a CODERN manteve o mesmo índice, sendo muito próximo do ideal.

### 2. ACIDENTES DE TRABALHO

#### Descrição

Trabalhadores acidentados por total de empregados dos portos de Natal e Areia Branca, incluindo os ocupantes de cargos comissionados que não são empregados.

#### Tipo

Desempenho Operacional sob a perspectiva de pessoas.

#### Fórmula de Cálculo e Medição

Número de trabalhadores acidentados dividido pelo número total de empregados multiplicado por 100.

**Polaridade**

Menor melhor

**Responsável pelo Cálculo**

Gerência Administrativa – GEADMI

**Valores Apurados**

O Acidente de Trabalho por empregado 2011 em relação a 2010 está apresentado na tabela abaixo:

ANO (%)		
2010	2011	VARIAÇÃO %
0,84	0,90	0,06

**Comentários**

Mesmo apresentando pequena elevação em relação a 2010, a CODERN mantém ainda um índice muito baixo de acidente de trabalho dada suas particularidades de condições de trabalho, sobretudo, no Terminal Salineiro de Areia Branca. A CODERN, na busca da melhoria constante da segurança e bem-estar de seus funcionários, estabeleceu como meta a ocorrência zero de acidentes de trabalho. E para respaldar essa audaciosa meta, ações como a criação da Coordenação de Meio Ambiente, que se encontra em fase de estruturação da equipe, através da empresa GENTE DE RESULTADOS GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, que está finalizando a elaboração do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, bem como a futura contratação de Técnicos de Segurança do Trabalho por meio da realização de concurso público.

**4 - INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/1993, RELACIONADA À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.**

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0		
	Entregaram a DBR	0		
	Não cumpriram a obrigação	0		
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	13		
	Entregaram a DBR	13		
	Não cumpriram a obrigação	0		
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	28		

## 5 - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

### QUADRO 5.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1	2	3	4	5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	1	2	3	4	5
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>	<b>Avaliação</b>				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				<b>X</b>	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>X</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			<b>X</b>		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				<b>X</b>	
Considerações gerais de cada item:					

## 6 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>					
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>		<b>X</b>			
<p>Considerações Gerais: Tendo em vista que a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA é recente na CODERN, as ações de sustentabilidade ambiental são, ainda, primárias. Assim, a ausência de critérios de sustentabilidade ambiental nos procedimentos licitatórios não é deliberada, sendo resultante de uma gestão ambiental ainda inicial. A Coordenação de Meio Ambiente da CODERN lançou uma proposta de Instrução de Serviço, a qual prevê a adoção de critérios de sustentabilidade das licitações e compras em geral, justamente com o intuito de melhorar o desempenho ambiental, no que tange a aquisição de bens e serviços. A proposta se encontra em análise.</p>					
<p><b><u>LEGENDA</u></b>  <b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 7 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### QUADRO 7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1: RIO GRANDE DO NORTE - RN	02	02
	<p>MUNICÍPIO: NATAL/RN</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1761-00220.500.0–Processo 04916.002804/2005-02 – Av. Hildebrando de Góis 220- Ribeira Área do Terreno Utilizado ( m2 ) 55.822,15 Área construída: 13.780,00 (m2) Destinação: Instalações da CODERN Objetivo da Cessão: Instalação do Porto de Natal/RN.</li> <li>• 1761 00452.500.2 – Processo 4079048528.17- Rua Coronel Flaminio s/n – Rocas Tipo do Imóvel: Terreno acrescido de marinha c/ 2.256,01 ( m2 ) Área construída 1.619,11(m2) – Inst. Porto de Natal /RN .</li> </ul>		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>02</b>	<b>02</b>
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	<b>PAÍS “n”</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>02</b>	<b>02</b>

Fonte: SETOR DE PATRIMONIO

**QUADRO 7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADO DE TERCEIROS  
NÃO SE APLICA**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município "n"	0	0
	UF "n"	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município "n"	0	0
Subtotal Brasil		0	0
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade "n"	0	0
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade "n"	0	0
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		0	0

Fonte:

Não Aplicável à CODERN.

**QUADRO 7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA CODERN**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
CODERN	176100220.50 0.0	CESSÃO	BOM	00	15/03/10	22.174.764,79	00	1.258.424,00
CODERN	176100452.50 0.2	CESSÃO	BOM	00	13/12/07	1.142.918,05	00	00
Total							00	1.258.424,00

Fonte: Contratos de Serviços nº 018/08, 002/09, 003/09, 008/10, 010/10 e 018/2010

## 8 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
<b>Perfil dos Recursos Humanos de Envolvidos</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.			3		
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.			10%		
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Em relação ao planejamento institucional e planejamento estratégico para a área de TI, as decisões tomadas através de proposições encaminhadas para a diretoria Executiva para deliberação.					

### **LEGENDA - Níveis de avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

**9 - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU OU DO ÓRGÃO DO CONTROLE INTERNO NO EXERCÍCIO**

**QUADRO 9.1- CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	TC 028.400/2010-0	Diligência			27/2011-TCU/SEFT
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TCU/SEFTI					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Sistemas Integrados de Gestão utilizados pelas Empresas Estatais Federais					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria da Presidência CODERN					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Respondido conforme Carta DP nº 039/2011-DP					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	026.003/2010-4	Diligência			192/2011-TCU/SECEX-RN
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TCU/SECEX					
Descrição da Deliberação:					
<p>a) Cumprimento das determinações constantes do Acórdão 4279/2009-TCU- 1ª Câmara e do subitem 9.2 do Acórdão 2437/2009-TCU-Plenário de acordo com o Anexo II da DN/TCU 100/2009.</p> <p>b) As medidas adotadas quanto à constatação, constante do Parecer da Auditoria Independente, datado de 10/03/2010.</p> <p>c) As seguintes peças relativas ao Relatório de Gestão do exercício de 2009, em conformidade com a IN/TCU 57/2008 e a DN/TCU 100/2009:</p> <p>c.1) Rol de responsáveis, com inclusão dos substitutos dos titulares (art.10 da IN/TCU 57/2008);</p> <p>c.2) Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e a Declaração de que as atas das reuniões desses Conselhos estão à disposição dos órgãos de controle interno (item 13 do conteúdo C do Anexo II da DN/TCU 100/2009)</p>					
Setor responsável pela implementação					<b>Código SIORG</b>
Diretoria Executiva/SECGER/GEADMI					
Síntese da providência adotada:					
Respondido conforme Carta DP nº 119/2011-DP					
Síntese dos resultados obtidos					
Documentação encaminhada/disponibilizada					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 005.180/2011-2	Audiência			1060/2011-TCU/SECEX-RN
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
TCU/SECEX-RN					
Descrição da Deliberação:					
Relatório de Fiscalização nº 13/2011 – Auditoria de conformidade no sistema PORTUS na CODERN					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria da Presidência CODERN					
Síntese da providência adotada:					
Apresentada correspondência datada 21/09/2011, com registro de protocolo no TCU na mesma data.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aguardando manifestação do TCU					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN					
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	TC 012.903/2011-6	Acórdão nº2519/2011- Oitiva			493/2011-TCU/SECOB-4
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN					
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Relatório de Fiscalização nº 253/2011 – Recuperação do Terminal Salineiro de Areia Branca - RN					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DAF/DTC/GEOPER/GERJUR					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Respondido conforme Carta DP nº 0603/2011.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					



Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC 032.199/2011-2	Oitiva			610/2011-TCU/SECOB-4
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN					
Descrição da Deliberação:					
Relatório de Fiscalização nº 915/2011 – Obras do Terminal Marítimo do Porto de Natal/RN					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DP/DTC/GEOPER					
Síntese da providência adotada:					
Respondido conforme Carta DP nº 575/2011, de 02/12/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC 032.199/2011-2	Acórdão 3272/2011			651/2011-TCU/SECOB-4
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN					
Descrição da Deliberação:					
Relatório de Fiscalização nº 915/2011 – Obras do Terminal Marítimo do Porto de Natal/RN – Determinação de ajustes ao Edital de Concorrência nº 41/2011 para republicação.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
DTC/CPL					
Síntese da providência adotada:					
Respondido conforme Carta DP nº 575/2011, de 02/12/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Republicado edital					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Concorrência em andamento.					

**QUADROS 9.2 – CUMPRIMENTOS RELATÓRIO DE ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (CISSET)**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
01	16/2011	Constatação 1- Anexo I	Ofício nº 746/2011/COAUD-CISSET-SG-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN			
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Pagamento de Adicional de Risco com descumprimento da norma vigente – APMC			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Setor Administrativo – SETOAD e gabinete do Administrador - GADMIN			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Contratação de perícia técnica especializada para levantamento de risco e periculosidade para elaboração de laudo técnico			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Prazo para elaboração 60 dias, do dia 06.12.2011.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
A ação será definida quando da realização da vistoria das áreas para definição dos riscos existentes.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	16/2011	Constatação 1- Anexo I	Ofício nº 746/2011/COAUD-CISET-SG-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN			
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Inexistência da Página da Transparência – Descumprimento do Decreto nº 5.482/2005 e a Portaria Interministerial nº 140/2006.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COORTI			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Solicitou a CGU via e-mail (27.10.2011) pedido de disponibilização da página da transparência para a companhia, informando o contato do setor da CODERN responsável pelo processo de implantação da página da transparência.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Aguardando comunicação pela CGU dos parâmetros para acesso a citada página conforme e-mail de 02.12.2011.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Providência adotada aguardando as informações solicitadas à CGU.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	16/2011	Constatação 1- Anexo I	Ofício nº 746/2011/COAUD-CISET-SG-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN			
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Falhas formais nos Processos Licitatórios.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Setor de Engenharia Comissão Permanente de Licitação – CPL Fiscalização do Contrato Fiscalização do Contrato Setor Financeiro Diretoria Administrativa Financeira			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
As licitações somente serão realizadas em conformidade com o inciso II, do artigo 7º da Lei 8.666/93. Em todos os editais está sendo observado o que determina o inciso X, do artigo 40 da Lei 8.666/93 Não mais adotará retenção de 5% do valor das faturas, como forma de garantia contratual. Em todas as planilhas de preços são anexados os devidos orçamentos e composições para servir de parâmetro na atestação de compatibilidade dos preços com o mercado em atendimento ao parágrafo 2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/2005. Já efetua as retenções do INSS das notas fiscais em cumprimento ao disposto na IN RFB 971/09. Adotado em todos os editais elaborados pela CODERN cláusula prevendo procedimentos de direito de preferência para contratação das MEs e EPPs em conformidade com o art. 44 da Lei Complementar 123/2006.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Ajustes realizados conforme estabelecido no Plano de Ação.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
A carência de recursos humanos.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	16/2011	Constatação 1- Anexo I	Ofício nº 746/2011/COAUD-CISET-SG-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN			
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Descumprimento do Acórdão nº 2.132/2010-TCU-Plenário			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria Administrativa Financeira/Gerência Administrativa			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Não atendida			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Pendente			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Falta apresentar informação acerca do encaminhamento do Plano de substituição dos serviços terceirizados que confrontem com categorias funcionais existentes na Companhia, caso não exista esta situação informar, da mesma forma ao DEST.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIORG</b>			
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	16/2011	Constatação 1- Anexo I	Ofício nº 746/2011/COAUD- CISSET-SG-PR
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN			
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<p>Falta de planejamento na área de tecnologia da informação.  Falta de recursos humanos na área de TI.  Falta política de segurança para salvaguarda das informações e ativos de TI.  Falta de política definida para desenvolvimento e produção de sistemas.  Falta processo definido para contratação de bens e serviços de TI.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria da Presidência/Coordenadoria de Tecnologia da Informática - COORTI			
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
<p>Em fase de elaboração termo de referência para contratação de empresa de consultoria para subsidiar a construção e implantação do Plano de Tecnologia da Informação (PDTI).  Quantitativo será ampliado com a realização de concurso público previsto para o primeiro semestre de 2012, que atenderá a companhia nas áreas de sistema e de suporte.  A COORTI possui proposta de política de segurança que será submetida à análise da Diretoria Executiva para aprovação e ampla divulgação entre os funcionários da CODERN até julho/2012.  Será implantada até fins de agosto/2012 a metodologia de desenvolvimento de sistemas chamada XP(Extreme Programming)  Em fase de elaboração o Plano de Capacitação de seus membros que contemple a citada metodologia, a ser executado durante os primeiros seis meses de 2012.  Será elaborada e aprovada até fins de agosto/2012, política de contratação de bens e serviços de TI, processo formal, para atender a IN N° 04 – SLTI/MPOG.</p>			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Em implantação conforme estabelecido nos prazos.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Falta de recursos financeiros.			

## **10 - INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA ATENDIDA E PENDENTE NO EXERCÍCIO 2011**

### **RELATÓRIO 001/2011 – Balanço Patrimonial e Demais Peças Contábeis**

**UNIDADE AUDITADA: Gerência Financeira/Coordenação de Tesouraria e APMC**

**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA: Ata 538ª, de 24/03/2011, do CONSAD e Ata 446ª, de 24/03/2011, do CONFIS**

#### **Item A2.1**

R.1 – Recomendamos intensificação das cobranças na esfera administrativa, Caso negativo acionar judicialmente.

Situação: Parcialmente implementada, ainda há pendências que necessitam de procedimentos judiciais.

#### **Item A.3**

R.2 – Recomendamos convocar os devedores para recolher os valores não retidos aos cofres da CODERN-Sede. .

Situação: Em implementação, neste caso, requer ação de controle para futuras auditorias na área.

#### **Item A3**

R.3 – Recomendamos que o setor responsável recolha a importância aos cofres da APMc, ou justifique a causa do recolhimento com encargos.

Situação: A APMC informa em seu plano de ação que os desembolsos foram reclassificados como despesas, outros acréscimos absorvidos como despesas, quanto aos demais acréscimos encontram-se em apuração para no máximo 90 dias.

A matéria será monitorada em futura auditoria para comprovar a consistência das informações apresentadas.

#### **Item A5**

R.4 – Recomendamos a análise e composição da conta, para que se possa legitimar o valor espelhado.

Situação: Parcialmente atendida, requer avaliação em futuras auditorias.

#### **Itens A4; D3, D4. D6 - Sede ,Tersab e Itens A4 e D4 .D6 (APMc)**

R.5 – Recomendamos as regularizações das contas.

Situação: Acolhemos as justificativas apresentadas pela APMC, no tocante aos itens listados na Sede requer ação de monitoramento.

#### **Item C2 -Sede, APMc Tersab**

R.6 – Efetuar a avaliação a preço justo, bem como a revisão das taxas de depreciações.

Situação: Em implementação

#### **Item D2-Sede**

R.7 – Providenciar e disponibilizar o demonstrativo de Provisão de Férias.

Situação: Em implementação

### **RELATÓRIO 002/2011 – Processos Licitatórios**

**UNIDADE AUDITADA: APMC**

**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA: Memo nº 21/2011-GEAUDI, do 30/09/2011**

#### **Itens 4.2.1 “a”; item 4.1.3; item 4.1.4; item 4.1.5; item 4.7.1.1 letra “a”**

R.1 – Observar a necessidade de pesquisa de mercado como parâmetro para previsão orçamentária.

Situação: Justificativa acatada, considerando as informações apresentadas.



**Item 4.2.1, “b” a “e”; item 4.3.1; item 4.3.3.2; item 4.3.4.2; item 4.3.5.2; item 4.3.6.2; item 4.3.7.2; item 4.4.1 “b”; item 4.4.1 letras “f” a “h”; item 4.5.1 letras “b”, “c” e “e”; item 4.6.1 letras “a” a “c”; item 4.7.1.1 letras “b” a “e”; item 4.7.2.1; item 4.7.3.1**

R.2 – Observar a assinatura dos documentos.

Situação: Acolhemos a justificativa apresentada.

**Item 441 “c”; item 4.5.1 “a”; item 4.8.1.1 letra “b”**

R.3 – Obedecer aos parâmetros presentes na lei 8.666/93, bem como fundamentar a justificativa quando utilizados outros critérios.

Situação: Acolhemos as justificativas apresentadas.

**Item 4.4.1 letra “d”, item 4.5.1 letra “d”; item 4.6.1 letra “d” a “j”**

R.4 – Recomendamos atenção quando da edição do edital.

Situação: Acatamos as justificativas apresentadas.

**Item 4.4.1 letra “e”, item 4.5.1 “a”; item 4.8.1.1 letra “c”**

R.5 – Determinação expressa da rubrica e previsão orçamentárias em documento expedido pelo setor responsável pelos controles orçamentários.

Situação: Acatamos as justificativas apresentadas.

**Item 4.7.1.1 letra “f”; item 4.8.1.1 letra “a”**

R.6 – Evitar que o pregoeiro participe da elaboração do termo de referência.

Situação: Acatamos as justificativas apresentadas.

**RELATÓRIO 003/2011 – Recursos Financeiros – Contas a Receber  
UNIDADE AUDITADA: Gerência Financeira/Coordenação de Tesouraria  
COMUNICAÇÃO EXPEDIDA: Memo nº 22/2011-GEAUDI, do 04/10/2011**

**Item 4.1**

R.1 – Proceder análise da questão, inclusive com a reversão do processo.

Situação: Acatamos as justificativas, verificaremos a consistência das informações em futuras auditorias.

**Item 4.2**

R.2 – Viabilização de um relatório atualizado da GERJUR, com relação aos títulos já em tramitação na justiça.

Situação: Acatamos a justificativa apresentada.

**Item 4.3**

R.3 – A intensificação de uma cobrança Administrativa, assim também como uma cobrança judicial, quanto aos Títulos que ainda estão dentro do prazo para tal. Adoção de um cronograma de acompanhamento das datas de prescrição para cobrança dos títulos a receber, com o devido encaminhamento em tempo hábil à GEJUR para as devidas providências jurídicas.

Situação: Em implementação.

**Item 4.4**

R.4 - Um maior controle e agilidade no faturamento com relação aos serviços prestados, utilizando-se de um formulário – Tipo Recibo - no ato da prestação do serviço, constando a assinatura e carimbo do responsável pela Empresa, reconhecendo tal serviço. Esse procedimento facilitará as possíveis ações judiciais, como prova da prestação dos mesmos.

Situação: Em implementação

**Item 4.5**

R.5 – Negociação com a empresa a fim de se realizar uma amortização gradual até a devida quitação dos débitos.

Situação: Atendida.

**Item 4.**

R.6 – Criação de pelo menos 01 cargo administrativo que fique responsável pela cobrança de títulos, se possível no próximo Concurso a ser realizado pela CODERN enquanto isso, designar funcionário de preferência do financeiro para tal.

Situação: Em implementação

**RELATÓRIO 004/2011 - Recursos Humanos**

**UNIDADE AUDITADA: APMC**

**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA: Memo nº 26/2011-GEAUDI, do 31/10/2011**

**Itens 4.4 a 4.4.6**

R.1- Recomendamos observar os dispositivos legais nos contratos de serviços de terceiros, não confundindo com contratação de mão-de-obra.

Situação: Em implementação, com prazo para conclusão, em obediência ao TAC, em 2013.

**RELATÓRIO 005/2010 - Contratos**

**UNIDADE AUDITADA: APMC**

**item 4.1.3, letra "b"**

R.1- Recomendamos promover a substituição conforme estabelecido em cláusula contratual.

Situação: Acatamos as justificativas, verificaremos a consistência das informações em futuras auditorias.

**Item 4.1.3, letra "c"**

R.2- Observar o estabelecido no contrato.

Situação: Acatamos as justificativas apresentadas, que serão comprovados em trabalhos vindouros naquela unidade portuária.

**Item 4.1.3, letra "d"**

R.3- Que as avaliações de desempenho sejam realizadas pela APMC.

Situação: Justificativa acatada.

**Item 4.1.3, letra "e"**

R.4- Observar o estabelecido na letra "f" da cláusula sexta.

Situação: Acolhemos as justificativas apresentadas, que serão comprovados em trabalhos vindouros naquela unidade portuária.

**Item 4.1.4**

R.5- Recomendamos cumprir itens acordados em cláusula contratual.

Situação: Acolhemos as justificativas apresentadas, que serão comprovados em trabalhos vindouros naquela unidade portuária.

**Item 4.2, subitem "1"**

R.6- Recomendamos apresentar o registro do órgão de classe.

Situação: Acolhemos as justificativas apresentadas, que serão comprovados em trabalhos vindouros naquela unidade portuária.

**Item 4.2, subitens “2 ao 6”**

R.7- Adotar providências conforme recomendações constante do item 4.3, letras “a” a “d”.

Situação: Acolhemos as justificativas apresentadas, que serão comprovados em trabalhos vindouros naquela unidade portuária.

**RELATÓRIO 006/2011 – Gestão Financeira – Suprimento de Fundos e Contas Patrimoniais**  
**UNIDADE AUDITADA: Gerência Financeira/Coordenação de Tesouraria**  
**COMUNICAÇÃO EXPEDIDA: Memo nº 26/2011-GEAUDI, do 04/10/2011****Itens 4.1.2, 4.3.1**

R.1 – Exigir do fornecedor documento fiscal que contenha no mínimo inscrição no CNPJ, data, valor e descrição da mercadoria. Todos os documentos comprobatórios devem ser atestados pelo empregado solicitante do material.

Situação: Pendente

**Item 4.1.1.1**

R.2 – Todas as despesas realizadas por Fundo Rotativo deve ser contabilizada dentro do exercício correspondente.

Situação: Pendente

**Item 4.1.1.1**

R.3 – Não contratar serviço com pagamento via Fundo Rotativo.

Situação: Pendente

**Itens 4.1.1.1 e 4.5**

R.4 – A cada transação efetuada o pagamento deve ser à vista, e não acumular obrigações.

Situação: Pendente

**Item 4.4.1**

R.5 – Na compra de mercadoria exigir o DANFE(consultar a sua autenticidade) e na contratação de serviço, nota fiscal de serviço.

Situação: Pendente

**Item 4.6**

R.6 – O DANFE só será aceito como comprovante de despesa se estiver acompanhado do documento de autenticidade, que poderá ser realizado no próprio site da Secretaria da Fazenda do Estado.

Situação: Pendente

**Item 4.6**

R.7 – Não rasurar em nenhuma hipótese comprovante de despesa.

Situação: Pendente

**Item A.3 - Sede**

R.8 – Analisar e compor todas as contas detalhadamente e individualmente, anexando inclusive os documentos que comprovem os valores contabilizados.

Situação: Pendente

**11 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76,  
INCLUINDO AS NOTAS EXPLICATIVAS**

Apresentamos a seguir as Demonstrações Contábeis e Financeiras; o Parecer dos Auditores Independentes; a Deliberação do Conselho de Administração; o Parecer do Conselho Fiscal e a Declaração da Secretaria de Órgãos Colegiados.

**COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**  
**C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90**  
**CAPITAL AUTORIZADO: 77.925.272.442 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL**  
**CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 239.487.842,63**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Em R\$ 1,00)

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
<b>1 - ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>62.914.163</b>	<b>35.727.092</b>	<b>3 - PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>16.560.576</b>	<b>19.458.710</b>
<b>1.1 - Disponível</b>	<b>51.141.746</b>	<b>24.169.132</b>	3.1 - Provisão para Férias	1.638.643	1.547.606
1.1.1 - Caixas e Bancos	51.139.674	24.168.891	3.2 - Obrigações Fiscais e Trabalhistas	8.899.881	5.359.750
1.1.2 - Títulos do Tesouro (BACEN)	2.072	241	3.3 - Dep. Contribuições e Consignações a Recolher	1.554.261	1.408.234
<b>1.2 - Direitos Realizáveis</b>	<b>11.772.417</b>	<b>11.557.960</b>	3.4 - Fornecedores de Bens e Serviços	2.208.349	8.534.074
1.2.1 - Contas a Receber	5.482.527	5.371.215	3.5 - Outras Obrigações	2.259.440	2.609.046
1.2.2 - ( - ) Provisão Devedores Duvidosos	(2.543.281)	(2.615.737)	<b>4 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>118.064.556</b>	<b>117.574.933</b>
1.2.3 - Adiantamentos a Empregados e Fornecedores	379.099	389.588	4.1 - Contas Pagar	26.593.081	27.099.369
1.2.4 - Depósitos Judiciais e Contratuais	-	-	4.2 - Provisão p/Causas Trabalhistas	3.287.269	4.285.909
1.2.5 - Almoxarifado	3.421.030	2.778.088	4.3 - Provisão p/ Contingências Tributárias	21.227.892	24.372.539
1.2.6 - Impostos a Recuperar	1.338.972	1.144.332	4.4 - Provisão p/ Obrigações Cíveis	2.752.251	2.741.982
1.2.7 - Devedores Diversos	3.662.314	4.460.717	4.5 - Outros Créditos da União	64.204.063	59.075.134
1.2.8 - Desp. Apropriada a Custo Exercício Seguinte	28.437	17.647	<b>5 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>440.902.338</b>	<b>292.653.386</b>
1.2.9 - Outros valores a receber	3.320	12.110	5.1 - Capital Social Integralizado	239.487.843	203.942.187
<b>2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>512.613.307</b>	<b>393.959.937</b>	5.2 - Reserva de Capital	567.532.110	462.891.911
<b>2.1 - Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>9.204.089</b>	<b>8.026.870</b>	5.3 - Prejuízo Acumulado	(366.117.614)	(374.180.712)
2.1.1 - Contas a Receber	1.443.310	-			
2.1.2 - Depósitos judiciais e Contratuais	2.026.217	2.299.705			
2.1.3 - Bloqueios Judiciais	5.723.198	5.715.802			
2.1.4 - Outros Valores a Receber	11.363	11.363			
<b>2.2 - Investimentos</b>	<b>22.345</b>	<b>22.345</b>			
<b>2.3 - Imobilizado</b>	<b>503.379.673</b>	<b>385.903.522</b>			
<b>2.4 - Intangível</b>	<b>7.200</b>	<b>7.200</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>575.527.470</b>	<b>429.687.029</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>575.527.470</b>	<b>429.687.029</b>

Natal - RN, 31 de dezembro de 2011

EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR  
Diretor Presidente  
C.P.F. Nº 074.212.814-87

GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF Nº 027.880.164-17

HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH  
Diretor Técnico Comercial  
CPF Nº 037.959.854-04

ANA MARIA DE SENA PATRICIO  
Gerente de Recursos Financeiros  
Contadora - CRC 3815/RN  
CPF Nº 201.065.804-34

**COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**  
**C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90**  
**CAPITAL AUTORIZADO: 77.925.272.442 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL**  
**CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 239.487.842,63**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Em R\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	2011	2010
<b>I) RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL</b>	<b>35.535.380</b>	<b>31.555.336</b>
II) CUSTOS OPERACIONAIS	-33.511.923	-32.324.261
<b>III) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO (I - II)</b>	<b>2.023.457</b>	<b>-768.925</b>
<b>IV) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>-79.826.573</b>	<b>-73.334.565</b>
A) SERVIÇOS	0	0
B) ADMINISTRATIVAS	-16.748.001	-17.251.190
C) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	-61.107.330	-46.116.223
1. Receitas e Despesas Financeiras		
a) Despesas Financeiras	-1.033.898	-2.031.550
b) Receitas Financeiras	150.233	386.635
2. Variações Monetárias		
a) Variações Monetárias Passivas	-60.223.665	-44.471.308
b) Variações Monetárias Ativas	0	0
D) PROVISÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	-1.971.242	-9.967.153
<b>V) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>6.629.033</b>	<b>6.559.872</b>
A) RECEITAS PATRIMONIAIS	6.629.033	6.559.872
<b>VI) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO (III - IV + V)</b>	<b>-71.174.083</b>	<b>-67.543.618</b>
<b>VII) RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>9.443.150</b>	<b>7.563.646</b>
A) RECEITAS EVENTUAIS	490.045	385.062
B) RECEITAS DIVERSAS	4.309.008	1.342.406
C) REVERSÃO DE RESERVAS	4.644.097	5.836.177
<b>VIII) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>-61.730.933</b>	<b>-59.979.973</b>
<b>IX) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>X) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-61.730.933</b>	<b>-59.979.973</b>
<b>XI) LUCRO / PREJUÍZO POR AÇÃO (Em \$)</b>	<b>(0,0008)</b>	<b>(0,0014)</b>

Natal - RN, 31 de dezembro de 2011

**EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR**  
Diretor - Presidente  
C.P.F. Nº 074.212.814-87

**GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA**  
Diretor Administrativo Financeiro  
C.P.F. 027.880.164-17

**HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH**  
Diretor Técnico Comercial  
C.P.F. Nº 037.959.854-04

**ANA MARIA DE SENA PATRICIO**  
Gerente de Recursos Financeiros  
Contadora - CRC 3815/RN  
C.P.F. Nº 201.065.804-34

**COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**  
**C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90**  
**CAPITAL AUTORIZADO: 77.925.272.442 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL**  
**CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 239.487.842,63**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Em R\$ 1,00)

DETALHAMENTO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL GERAL
		CRÉDITO ACIONISTA P/AUMENTO CAPITAL		
<b>SALDO EM 01/01/2010</b>	<b>122.033.833</b>	<b>432.050.018</b>	<b>(293.842.986)</b>	<b>260.240.864</b>
Aumento de Capital c/Incorporação de Reservas	103.959.320	(103.958.275)		1.046
Ajustes de Exercícios Anteriores			(42.408.719)	(42.408.719)
Atualização monetária dos crédito da Uniao para aumento capital		42.827.305		42.827.305
Recebimento de créditos para aumento de capital		91.972.862		91.972.862
Transferência p/ Aumento de Capital				0
Compensação de Prejuizo com redução do Capital	(22.050.967)		22.050.967	0
Prejuízo Líquido do Exercício			(59.979.973)	(59.979.973)
<b>SALDO EM 31/12/2010 (Retificado)</b>	<b>203.942.187</b>	<b>462.891.910</b>	<b>(374.180.712)</b>	<b>292.653.385</b>
Aumento de Capital c/Incorporação de Reservas	103.255.279	(103.255.274)		5
Ajustes de Exercícios Anteriores			2.084.407	2.084.407
Atualização monetária dos crédito da Uniao para aumento capital		58.974.940		58.974.940
Recebimento de créditos para aumento de capital		148.920.533		148.920.533
Transferência p/ Aumento de Capital				0
Compensação de Prejuizo com redução do Capital	(67.709.623)		67.709.623	0
Prejuízo Líquido do Exercício			(61.730.933)	(61.730.933)
<b>SALDO EM 31.12.2011</b>	<b>239.487.843</b>	<b>567.532.109</b>	<b>(366.117.614)</b>	<b>440.902.338</b>

**Natal - RN, 31 de dezembro de 2011**

**EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR**  
Diretor - Presidente  
C.P.F. Nº 074.212.814-87

**GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA**  
Diretor Administrativo Financeiro  
C.P.F. Nº 027.880.164-17

**HANNA YOUSEF EMILE SAFIEI**  
Diretor Técnico Comercial  
C.P.F. Nº 037.959.854-04

**ANA MARIA DE SENA PATRICIO**  
Gerente de Recursos Financeiros  
Contadora - CRC 3815/RN  
C.P.F. Nº 201.065.804-34

**COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**  
**C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90**  
**CAPITAL AUTORIZADO: 77.925.272.442 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL**  
**CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 239.487.842,63**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

	(Em R\$ 1,00)	
	2011	2010
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Resultado Líquido do Exercício	(61.730.933)	(59.979.973)
(+) Acréscimo (-) Redução Depreciação/Amortização	6.425.098	7.955.787
(+) Dividendos Recebidos		
(-) Acréscimo (+) Redução Clientes	(111.311)	(885.133)
(+) Acréscimo (-) Redução Provisão para Devedores Duvidosos	(72.455)	(16.652)
(-) Acréscimo (+) Redução Estoques	(642.942)	155.497
(-) Acréscimo (+) Redução Despesas Antecipadas	0	0
(-) Acréscimo (+) Redução Outros Valores a Receber	(564.967)	(1.859.635)
(+) Acréscimo (-) Redução Fornecedores	(6.325.725)	5.692.026
(+) Acréscimo (-) Redução Obrigações Fiscais e Trabalhistas	3.540.131	(4.393.851)
(+) Acréscimo (-) Redução Dep. Contribuições e Consignações a Recolher	146.027	586.798
(+) Acréscimo (-) Redução Provisão p/Causas Trabalhistas	(998.640)	(3.419.247)
(+) Acréscimo (-) Redução Provisão p/ Contingências Tributárias	(3.144.647)	4.360.622
(+) Acréscimo (-) Redução Provisão p/ Causas Cíveis	10.269	(45.528)
(+) Acréscimo (-) Redução Outros Créditos da União	5.128.929	14.680.062
(+) Acréscimo (-) Redução Outras obrigações	(764.857)	(1.143.164)
<b>Fluxo de Caixa Operacional Líquido (FCOL)</b>	<b>(59.106.022)</b>	<b>(38.312.389)</b>
<b>Fluxo de Caixa Atividades Investimentos</b>		
(-) Acréscimo (+) Redução Imobilizado	(123.901.249)	(106.269.996)
(-) Acréscimo (+) Redução Investimentos	0	0
<b>Fluxo de Caixa Atividades de Financiamentos</b>		
(+) Acréscimo (-) Redução de Capital Social	35.545.656	81.908.354
(+) Acréscimo (-) Redução de Reserva de Capital	104.640.199	30.841.892
Compensação de Prejuízos	67.709.623	22.050.967
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.084.407	(42.408.719)
Disponibilidades geradas (aplicadas) no Exercício	<b>26.972.614</b>	<b>(52.189.892)</b>
Disponibilidades no início do exercício	24.169.132	76.359.023
Disponibilidades no final do ano	51.141.746	24.169.132
Variação das Disponibilidades	<b>26.972.614</b>	<b>(52.189.892)</b>

Natal - RN, 31 de dezembro de 2011

**EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR**  
Diretor - Presidente  
C.P.F. Nº 074.212.814-87

**GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA**  
Diretor Administrativo Financeiro  
C.P.F. Nº 027.880.164-17

**HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH**  
Diretor Técnico Comercial  
C.P.F. Nº 037.959.854-04

**ANA MARIA DE SENA PATRICIO**  
Gerente de Recursos Financeiros  
Contadora - CRC 3815/RN  
C.P.F. Nº 201.065.804-34



**COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
**NOTAS EXPLICATIVAS**

**1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa de economia mista subordinada à Secretaria de Portos da Presidência da República e tem como objetivo a administração e exploração do Terminal Salineiro de Areia Branca, Porto de Natal e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

Em cumprimento ao Decreto nº 99.475, de 24.08.90, a CODERN passou a administrar os Portos de Cabedelo, Maceió e Recife, através do Convênio nº 004/90 - STN/DNTA, Aditivo nº 01/91, celebrado entre esta Companhia e o Ministério dos Transportes, tendo sido renovado o referido Convênio anualmente, mediante aditivos posteriores.

Com o advento do convênio nº 09 de 31-12-97, a União delegou ao Estado da Paraíba a administração e exploração do Porto de Cabedelo, cessando todas as responsabilidades da CODERN, para com o citado Porto.

Foi celebrado Convênio de Delegação nº 02/01, entre a União, com a interveniência da CODERN, e o Estado de Pernambuco, para a exploração do Porto Organizado do Recife, a partir de 01.06.01, cessando todas as responsabilidades da CODERN em relação ao Porto de Recife.

O Porto de Maceió permanece sob a administração da CODERN, conforme Convênio de Descentralização nº. SEP/001/2007-DC, celebrado entre a Secretaria de Portos - SEP e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido celebrado o 3º Termo Aditivo em 31.12.2011, com vigência até 31.12.2012.

**2 - APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conjugadas com o CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Na Elaboração das demonstrações financeiras de 2011, a Companhia adotou a legislação societária introduzida pela Lei no. 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Lei nº 11.943, de 27 de maio de 2009. Estas leis modificaram a Lei no. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

**3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

- a) No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 365 dias. Acima desse prazo estão agrupadas no Ativo não Circulante - Realizável a Longo Prazo e Passivo não Circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

- b)** A Provisão Para Devedores Duvidosos compõem-se de créditos não liquidados e registrados a débito de Despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.
- c)** Os estoques de materiais de consumo (Almoxarifado) são apresentados a custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado de acordo com o Artigo 13 do Decreto – Lei 1.598/77, Item II do Artigo 183 da Lei 6.404/79 e Artigo 232 do Decreto 1.041/94.
- d)** O Imobilizado está demonstrado a custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sendo composto dos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia de acordo com o Item IV do Artigo 179 da Lei 6.404/76 e suas alterações.
- e)** As depreciações foram computadas pelo método linear levando-se em consideração a vida útil e econômica dos bens, dentro dos limites admitidos pela legislação do Imposto de Renda, Decreto 3000/99. Os critérios de avaliação do Imobilizado deverão ser revisados e ajustados periodicamente para fins de cálculo da depreciação, conforme artigo 1º § 3º, item II, da Lei 11.638/07.
- f)** Apuração do resultado – o resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável;
- g)** Variações monetárias passivas – representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre os recursos transferidos pela União a título de crédito para aumento de capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673 /1998.

#### 4. – APRESENTAÇÃO ANALÍTICA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE CONTAS

4.1 Contas a Receber (1.2.1 Balanço) - Composto por valores faturados no mês de dezembro, bem como, valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

UNIDADE PORTUÁRIA	2011	2010
TERMINAL SALINEIRO AREIA BRANCA	R\$ 2.022.394,34	R\$ 2.454.953,13
PORTO DE NATAL	R\$ 1.197.979,09	R\$ 506.264,59
PORTO DE MACEIÓ	R\$ 2.262.153,14	R\$ 2.409.997,40
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.482.526,57</b>	<b>R\$ 5.371.215,12</b>

#### 4.2 Devedores Diversos (1.2.7 Balanço)

DESCRIÇÃO	2011	2010
PORTOS CONVENIADOS	795.328	641.109
RATEIO CONFIS CONSAD GERENCIAS	2.067.280	2.954.892
BLOQUEIO JUDICIAL - ATESAB	562.149	562.149
OUTROS VALORES A RECEBER - MACEIÓ	104.008	162.731
OUTROS VALORES A RECEBER - SEDE	133.549	139.836
<b>TOTAL DE DEVEDORES DIVERSOS</b>	<b>3.662.314</b>	<b>4.460.717</b>

### 4.3 Imobilizado (2.3 Balanço)

DISCRIMINAÇÃO	2011	2010
BENS MOVEIS	56.252.499	54.006.711
EQUIP. NATUREZA INDUSTRIAL	45.701.502	45.363.784
EMBARCACOES	3.498.366	3.498.366
VEICULOS	547.831	549.265
MOVEIS E UTENSILIOS	698.226	268.657
INFORMATICA	293.776	268.657
MAQUINAS	222.150	223.265
MOTORES	9.235	9.815
APARELHOS	3.155.963	3.097.687
SIST. SEGURANCA (ISPS-CODE)	807.832	727.215
INSTALACOES	1.102.738	
OUTROS	214.880	221.383
(-) DEPRECIACAO DOS BENS MOVEIS	(34.848.554)	(33.525.090)
BENS IMOVEIS	199.045.461	195.724.381
IMOVEIS NATUREZA INDUSTRIAL	113.289.457	113.263.283
INSTALACOES	75.560.460	75.359.306
OBRAS DE ACESSO	3.257.181	2.837.027
PREDIOS	6.836.028	4.162.431
TERRENOS	102.335	102.335
(-) DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	(85.716.653)	(80.615.019)
IMOBILIZACOES EM CURSO	368.646.919	249.671.069
BENS MOVEIS E IMOVEIS		
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO	503.379.673	385.262.052

O Saldo da conta Imobilizações em Curso é formado por bens em construção ou fabricação, que ao serem concluídos são transferidos para as contas específicas no Imobilizado Técnico.

**4.4. Provisão para férias (3.1 Balanço)** – provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais correspondentes ao valor de R\$ 1.638.643,40, tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96.

**4.5. Obrigações Fiscais e Trabalhistas (3.2 Balanço)** - estão compostas de impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Imp. Encargos a Recolher	6.628.820	2.789.162
Salário a Pagar	21	410.843
Autônomos - INSS	16.014	12.320
Parcelamento PORTUS RTSA	1.730.026	1.622.425
Parcelamento ISS	525.000	525.000
<b>TOTAL</b>	<b>8.899.881</b>	<b>5.359.750</b>

**4.6. Depósitos e Consignações a Recolher: (3.3 Balanço)**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Valores de Terceiros	1.429.082	901.932
INSS	37.839	327.194
Contrib Ret Fonte a Recolher	87.340	179.108
<b>TOTAL</b>	<b>1.554.261</b>	<b>1.408.234</b>

**4.7. Passivo não Circulante**

**4.7.1. Contas a Pagar (4.1 Balanço)** – Composto pelo saldo de parcelamentos de dívidas diversas com o PORTUS - Instituto de Previdência Privada, INSS - Previdência Social e ISS e Rateio do Porto de Maceió.

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
PORTUS	20.523.051	22.036.072
INSS	421.446	310.252
ISS	4.205.273	4.753.045
RATEIO - APMC	1.443.310	
<b>TOTAL</b>	<b>26.593.081</b>	<b>27.099.369</b>

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma das patrocinadoras do PORTUS Instituto de Seguridade Social, tendo sido apropriado no exercício de 2011, o montante de R\$ 1.914.937,55 referente às contribuições Participante/Patronal, sendo repassado ao PORTUS o total de R\$ 1.425.099,63.

Registramos o recebimento da Carta Circular Inter - Coratu nº 778/2012, do PORTUS, de 10/02/2012, onde informa os valores estimados das dívidas da CODERN com o Plano de Benefícios Portus – PBP1, para o exercício 2011, assim discriminados:

<b>Discriminação</b>	<b>Valor</b>
Dívida de Contribuições Normais	R\$ 41.387.428,52
Dívida de Contribuições Extraordinárias	R\$ 10.995.219,30
Déficit	R\$ 47.020.803,22
<b>Total</b>	<b>R\$ 99.403.451,04</b>

O Portus esclareceu ainda que os citados valores foram estimados com base na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2010, uma vez que não foi finalizada a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2011.

No tocante à dívida da CODERN, permanece registrado no Balanço, em 31/12/11, o saldo remanescente de R\$ 12.264.657,45.

**4.7.2. Provisões para Causas Trabalhistas (4.2 Balanço)** – compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, devidamente atualizados e registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.11, totalizou R\$ 3.287.268,57 (três milhões, duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos). O saldo desta conta apresentou uma redução de 23% decorrente de pagamentos de acordos e ajustes efetuados, considerando os critérios estabelecidos pela GERJUR de êxito remoto para a CODERN, conforme previsto na NBC T 11.15 aprovada pela resolução do CFC nº 1.022 de 18.03.2005.

**4.7.3 Provisões para Obrigações Cíveis (4.4 Balanço)** – corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2011, totalizou R\$ 2.752.251,42 (dois milhões setecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos). Consideradas como de êxito possível e remota, conforme previsto na NBC T 11.15 aprovada pela resolução do CFC nº 1.022 de 18.03.2005.

**4.7.4 - Provisão para contingências Tributárias (4.3 Balanço)** – corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2011 o montante de R\$ 21.227.892,10 (vinte e um milhões, duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e noventa e dois reais e dez centavos). Este saldo apresentou redução devido as atualizações do valores das respectivas dívidas, conforme relação encaminhada pela GERJUR, em obediência a NBC T 11.15 aprovada pela resolução do CFC nº 1.022 de 18.03.2005.

**4.7.5. Outros Créditos da União (4.5 Balanço)** – Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT e Convênio 01/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió, cujo saldo em 31.12.2011, totalizou R\$ 64.204.063,18 (sessenta e quatro milhões, duzentos e quatro mil, sessenta e três reais e dezoito centavos ).

## 5. CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E TRABALHISTAS COM ÊXITO PROVÁVEL

A Companhia Docas do RN é parte ré em diversos processos de execução fiscal e trabalhista junto as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC T 11.15, como de êxito provável.

PROCESSO	DATA	OBJETO	VALOR ESTIMADO	SITUAÇÃO ATUAL
1443-2007-01	25/09/2007	Demanda Trabalhista	25.000,00	RR da UNIMED,p/ julgamento do TST.
3000-09.2010	09/03/2010	Demanda Trabalhista	27.157,86	Aguardando julgamento
78500-21.2010	20/05/2010	Demanda Trabalhista	30.000,00	Sentença improcedente
142200-53-2010	27/09/2010	Demanda Trabalhista	30.000,00	Liquidação/Execução
155600-40.2010	26/10/2010	Demanda Trabalhista	2000.000,00	Setença favorável à CODERN
11-0313-07	20/04/2007	Demanda Trabalhista	18.236,44	Decisão favorável à CODERN
11-0802-07	20/09/2007	Demanda Trabalhista	50.000,00	Decisão Favorável à CODERN
11-0804-07	20/09/2007	Demanda Trabalhista	50.000,00	Decisão favorável à CODERN
2700.57.2010	08/01/2010	Demanda Trabalhista	30.000,00	Sentença favorável à CODERN
120500-09.2010	05/11/2010	Demanda Trabalhista	30.000,00	Aguardando Julgamento
126900-39.2010	24/11/2010	Demanda Trabalhista	9.515,09	Execução contra a RJO
131200-44.2010	08/12/2010	Demanda Trabalhista	12.000,00	Recurso Ordinário
136700-91.2010	17/12/2010	Demanda Trabalhista	19598,02	Sentença favorável à CODERN
120800.24.2010	12/08/2011	Demanda Trabalhista	30.000,00	Audiência 11/01/2012
120900.86.2011	12/08/2011	Demanda Trabalhista	30.000,00	Audiência 11/01/2012
594-2008	06/06/2008	Demanda Trabalhista	28.000,00	Aguardando Arquivamento
421-2009	11/05/2009	Demanda Trabalhista	25.000,00	Acordo Realizado
1256-2008-013	19/11/2008	Demanda Trabalhista	55.781,36	Aguardando decisão TST
433-2009-012	15/05/2009	Demanda Trabalhista	25.000,00	Acordo Realizado
86500-14.2009	09/09/2009	Demanda Trabalhista	20.000,00	Recurso Ordinário
127400-05.2010	24/11/2010	Demanda Trabalhista	9.515,09	Execução contra a RJO
865-2008-012	28/08/2008	Demanda Trabalhista	45.829,58	Decisão favorável à CODERN
1256-2008-012	18/11/2008	Demanda Trabalhista	30.000,00	Decisão favorável à CODERN
1264-2008-012	19/11/2008	Demanda Trabalhista	16.067,41	Decisão favorável à CODERN
1314-2008-012	03/12/2008	Demanda Trabalhista	42.501,02	Aguardando Julgamento

<b>PROCESSO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR ESTIMADO</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
1315-2008-012	03/12/2009	Demanda Trabalhista	42.501,02	Contra razões apresentadas
86500-14.2009	09/09/2009	Demanda Trabalhista	20.000,00	Recurso Ordinário
131000-34.2010	08/12/2010	Demanda Trabalhista	3.888,02	Sentença favorável à CODERN
26400-25.2011	24/02/2011	Demanda Trabalhista	20.500,00	Execução contra a CONECTA
35500-04.2011	14/03/2011	Demanda Trabalhista	4.024,84	Exclui responsabilidade da CODERN
50200-82.2011	11/04/2011	Demanda Trabalhista	22.000,00	Audiência 28/02/2012
121300-97.2011	16/08/2011	Demanda Trabalhista	75.000,00	Audiência 15/02/2012
133200.77.2011	21/09/2011	Demanda Trabalhista	75.000,00	Audiência 07/03/2012
0588-2008-013	06/06/2008	Demanda Trabalhista	58.667,64	Decisão Favorável à CODERN
0742-2008-013	21/07/2008	Demanda Trabalhista	7.342,70	Decisão Favorável à CODERN
1255-2008-013	19/11/2008	Demanda Trabalhista	27.569,40	Decisão Favorável à CODERN
1256-2008-013	19/11/2008	Demanda Trabalhista	55.781,36	Aguardando decisão do TST
432-2009-013	15/05/2009	Demanda Trabalhista	6.000,00	Acordo realizado
116800-53.2009	18/12/2010	Demanda Trabalhista	100.000,00	Transitado em Julgado
13200-79.2010	11/02/2010	Demanda Trabalhista	30.600,00	Transitado em julgado
61100-24.2011	09/05/2011	Demanda Trabalhista	-	Transitado em julgado
001.03000037-9	06/02/2007	Cautelar Inominada/Atípica	1.000,00	Transitado em julgado
001.03002118-0	25/11/2006	Ação Declaratória	1.000,00	Transitado em julgado
113.02000610-3	047/03/2002	Ação Ordinária	6.204,78	Execução da CODERN
113.02.000778-9	19/03/2002	Execução Forçada	256.195,09	Procedeu bloqueio nas contas bancárias
94.0003202-1	18/04/1994	Ação Ordinária	-	Juntada de Petição
94.0003215-3	18/04/1994	Ação Ordinária	-	Juntada de Petição
2005.84.00.010107-2	25/11/2005	Ação Ordinária	100,00	Transitado em julgado
2004.83.00.017367-2	25/08/2004	Execução Fiscal	-	Vista para o Procurador
2008.83.00.006171-1	15/02/2008	Ação Ordinária	50.000,00	Julgado improcedente



## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**6.1 Capital Social (5.1 Balanço)** - O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2011 soma R\$ 239.487.842,63.

		R\$ 1,00
<b>SALDO DO CAPITAL SOCIAL</b>	<b>2010</b>	203.942.187
Incorporação dos Créditos		103.255.279
Compensação de Prejuízos		(67.709.623)
<b>SALDO DO CAPITAL SOCIAL</b>	<b>2011</b>	239.487.843
<b>AÇÕES (Quantidades)</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Ordinárias Nominativas	38.962.636.221	22.163.872.900
Preferências Nominativas	38.962.636.221	22.163.872.900
<b>TOTAL</b>	<b>77.925.272.442</b>	<b>44.327.745.800</b>

**6.2 Reserva de Capital (5.2 Balanço)** – representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998, exceto quanto aos Créditos para Aumento de Capital do Porto de Maceió, no valor de R\$ 396.151.615,56, os quais não compõem o saldo para efeito de incorporação ao Capital Social da CODERN.

**6.3 Ajustes de Exercícios Anteriores** - Trata-se de Recuperação de Custos, cujo valor dos créditos referem-se a ajuste da conta “Portus Parcelado e Portus Financiado por lançamento indevido, no valor de R\$ 2.465.074,45, bem como Anulação de Receitas e outras Despesas, registrando um saldo em 31.12.2011, de R\$ 2.084.407 ( dois milhões, oitenta e quatro mil e quatrocentos e sete reais).

Créditos de Exercícios Anteriores	R\$ 2.593.627,42
Débitos de Exercícios Anteriores	R\$ (509.220,08)
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.084.407,34</b>

## 7. PREJUÍZOS ACUMULADOS

O Prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2011 compõe-se principalmente de despesas com encargos financeiros em decorrência da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, cujo valor dos encargos para este exercício de 2011, totalizou R\$ 58.974.939,69 (cinquenta e oito milhões, novecentos e setenta e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos).

## 8. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O sado da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

Receita Operacional Bruta	R\$ 40.645.861,23
(-) Impostos sobre Serviços – ISS	R\$ (1.330.167,39)
(-) Programa de Integração Social-PIS	R\$ (674.326,30)
(-) Const. Financ. Seg.Social – COFINS	R\$ (3.105.987,87)
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 35.535.379,67</b>

## 9 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas e Despesas Financeiras – são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. As despesas financeiras são em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

## 10. REMUNERAÇÕES DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Na forma do art. 6º do inciso IV, do anexo I, do Decreto nº 3.224, de 28 de outubro de 1999, os valores da maior e menor remuneração pagas aos administradores e empregados no exercício de 2011, foram os seguintes:

Componentes	31/12/2011	31/12/2010
<b>Administradores</b>		
- Menor	R\$ 16.955,20	R\$ 16.000,00
- Maior	R\$ 18.014,90	R\$ 17.000,00
<b>Empregados</b>		
- Menor	R\$ 763,00	R\$ 530,00
- Maior	R\$ 17.483,48	R\$ 17.483,48
- Salário Médio	R\$ 2.213,22	R\$ 2.191,73

### EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR

Diretor – Presidente  
CPF Nº. 074.212.814-87

### GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA

Diretor Administrativo Financeiro  
CPF Nº. 027.880.164-17

### HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH

Diretor Técnico Comercial  
CPF Nº. 037.959.854-04

### ANA MARIA DE SENA PATRÍCIO

Gerente de Recursos Financeiros  
Contadora CRC 3815/RN  
CPF Nº 201.065.804-34

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos administradores e acionistas da

**COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**

Natal – Rio Grande do Norte

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referente ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas tomadas em conjunto.

### **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião ressalvando alguns assuntos que achamos relevantes e enfatizando outros julgados necessários na ocasião.

### **BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS**

1) Nossa contratação ocorreu após o encerramento do exercício sob nosso exame, motivo pelo qual não acompanharmos os inventários físicos alusivos, tanto aos estoques em almoxarifados quanto aos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia, portanto não estamos em condições de opinar acerca da existência física de aludidos bens. Os inventários apresentados pela Comissão Inventariante apontam para exatidão dos aludidos saldos, todavia devido a exiguidade de tempo decorrente da intempestividade com que aludidos documentos nos chegou às mãos, não foi possível aplicar procedimentos alternativos para sua validação.

2) O sistema de gestão de materiais da Companhia não apresentou, através dos seus mecanismos de controles internos, ferramenta que nos possibilitasse avaliar a valorização dos estoques e o respectivo custo gerado através do consumo de materiais. Por conseguinte não estamos em condições de opinar, como não opinamos, sobre os valores registrados no saldo desta rubrica em seu ativo circulante e nem sobre os eventuais efeitos nos custos dos itens consumidos registrados no resultado do exercício.

3) A companhia adota o procedimento contábil de ativar em seu imobilizado o custo da reposição de peças e serviços de manutenção, previstos na NBC TA 19.1 – Imobilizado, entretanto desde o exercício de 2009, não foram baixados os valores contábeis das partes substituídas, afetando o resultado do exercício em montantes que não conseguimos precisar.

## **OPINIÃO**

Em nossa opinião, ressalvando os assuntos tratados nos parágrafos de “1” a “3” acima, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados e as mutações do seu patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente conforme as praticas aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), exercendo a faculdade legal conferida pela Resolução Nº 1.319/2010 emanada do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, a qual permitiu a não alocação dos ajustes retrospectivos às informações correspondentes ao exercício anterior (aludindo a 31 de dezembro de 2009) apresentadas para fins de comparação.

## **ÊNFASES**

1) Consta no saldo da Reserva de Capital o montante de R\$ 567.532.109,68 em 2011, (R\$ 462.891.910,72 em 2010), referentes a créditos recebidos da União para aumento de capital cuja parcela mais relevante advém de exercícios anteriores, a título de investimentos na Unidade de Maceió, o qual até 31/12/2011 não havia sido incorporado ao capital social, por falta de deliberação do acionista majoritário, ficando passível de encargos financeiros à Taxa Selic, do dia da transferência até o momento em que ocorrer a sua capitalização, conforme artigo 2º, do Decreto 2.673/98. Aludido fato vem gerando prejuízos acentuados para à Companhia, tendo, no exercício de 2011, ocasionado despesas financeiras de R\$ 58.974.939,69 (R\$ 42.827.305,06 em 2010) que oneram sobremaneira a situação econômico-financeira e patrimonial apresentada nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

## **AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram originalmente auditados por nossa empresa cujo parecer datado de 23 de março de 2011, mencionava as mesmas ressalvas e ênfases acerca da reserva de capital e de eventos subsequentes.

Natal/RN, 22 de Março de 2012.

**AUDIMEC**

**Audidores Independentes S/S**

CRC/PE 000150-0 T”RN”

**LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA**

CRC/PE 010483/O-9 “T” RN

**SOCIO SÊNIOR**

## **PARECER DA AUDITORIA INTERNA**

### **EXERCÍCIO DE 2011**

Examinamos o Balanço Patrimonial da Companhia Docas do Rio Grande do Norte referente ao exercício social encerrado em 31.12.2011, compreendendo a Demonstração de resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração de Mutação do Patrimônio líquido, assim como as Notas explicativas do Balanço.

Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria em vigor, e na profundidade que nos permita concluir que as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial financeira da CODERN em 31/12/2011, o resultado de suas operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade estabelecidos na Lei N° 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, ressaltando-se os pontos levantados no Sumário de Auditoria nº 001/2012 deste relatório.

Natal, RN, 22 de março de 2012.

James Feitosa Amorim  
Contador – CRC/AL 3.515

**DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Nº 03/2012**

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**, no uso das atribuições legais e estatutárias e, de acordo com o resolvido na 550ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, e com base nos Incisos XI e XIX, do Art. 12, do Estatuto Social,

**DELIBERA:**

I. Aprovar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demais Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2011, com base no Parecer da Audimec – Auditores Independentes S/S e Relatório de Auditoria Interna Nº 001/12, que passam a integrar esta deliberação, independentemente de transcrição.

II. Determinar que a documentação referida no item I desta deliberação seja submetida à Assembléia Geral Ordinária, em cumprimento ao disposto na Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

**Natal/RN, 22 de março de 2012**

**WILSON DO EGITO COELHO FILHO**  
Presidente do Conselho

**PEDRO TERCEIRO DE MELO**  
Conselheiro

**MÔNICA MARIA LIBÓRIO F. DE ARAÚJO**  
Conselheira

**MAURÍCIO BAILLY DE SÁ PEIXOTO**  
Conselheiro

**MANOEL ALVES NETO**  
Conselheiro

**EUGÊNIO LEOPOLDO ROSADO C. RODRIGUES**  
Conselheiro

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis completas e as Notas Explicativas, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2011, e com base no Relatório de Auditoria Interna nº 001/2012 e considerando as conclusões e ressalvas apresentadas no Parecer da Auditoria Externa AUDIMEC Auditores Independentes, é de opinião que as referidas Demonstrações representam, adequadamente, a posição econômico-financeira da Empresa, estando em condições de serem submetidas à Assembléia Geral de Acionistas para aprovação. No entanto, O Conselho Fiscal recomenda que sejam sanadas as falhas apontadas como “Pontos Relevantes” e observadas as recomendações constantes do Relatório de Auditoria Interna nº 001/2012.

**Natal/RN, 22 de março de 2012**

**REGINALDO LAFAYETE DA SILVA ABREU**  
**Presidente**

**CLEIDEMÁRIO LUIZ DE SOUZA**  
**Conselheiro Titular**

**JANETE DUARTE**  
**Conselheira Titular**

**ÁLVARO FERNANDES FREIRE FILHO**  
**CABRAL**  
**Conselheiro Titular**

**LUIZ CLÁUDIO DA SILVA**  
**Conselheiro Suplente**



**CODERN**

**- COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE**

SEDE: Av. Engº Hildebrando de Góis, 220 – Ribeira – CEP 59.010-700 – NATAL/RN

Fax: (084) 4005-5325 – CNPJ 34.040.345/0001-90 – INSC. EST. – 20.061.797-4

[www.codern.com.br](http://www.codern.com.br)

## **DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins que as Atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Rio Grande do Norte referentes ao exercício de 2011, encontram-se à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Natal, 27 de março de 2012

**MARIA DAS GRAÇAS VILAR DE QUEIROZ**  
**Secretária dos Órgãos Colegiados**



## 12 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

### 12.1 - CODERN COMO INVESTIDA

<b>CODERN COMO INVESTIDA</b>				
<b>Denominação completa:</b>				
<b>Ações Ordinárias (%)</b>				
<b>ACIONISTAS</b>		<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>Governo</b>	Tesouro Nacional	49,99968908	49,99945529	49,99941185
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
	<i>% Governo</i>	49,99968908	49,99945529	49,99941185
<b>Free Float</b>	Pessoas Físicas	0,00000492	0,00000678	0,00001129
	Pessoas Jurídicas	0,00030600	0,00053793	0,00057686
	Capital Estrangeiro			
	<i>% free float</i>	0,00031092	0,00054471	0,00058815
<b>Subtotal Ordinárias (%)</b>		<b>50,00000000</b>	<b>50,00000000</b>	<b>50,00000000</b>
<b>Ações Preferenciais (%)</b>				
<b>ACIONISTAS</b>		<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>Governo</b>	Tesouro Nacional	49,99968908	49,99945529	49,99941185
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	<i>% Governo</i>	49,99968908	49,99945529	49,99941185
<b>Free Float</b>	Pessoas Físicas	0,00000492	0,00000678	0,00001129
	Pessoas Jurídicas	0,00030600	0,00053793	0,00057686
	Capital Estrangeiro			
	<i>% free float</i>	0,00031092	0,00054471	0,00058815
<b>Subtotal Preferenciais (%)</b>		<b>50,00000000</b>	<b>50,00000000</b>	<b>50,00000000</b>
<b>Total</b>		<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

### 12.2 – CODERN COMO INVESTIDORA

Não aplicável à CODERN

### 13. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

#### 13.1 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Em R\$

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	Mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
OLIVEIRA A. C.		04/11	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	0	97,51	0	0	0	0	0	0	6630,83
TORRES A. P.		09/11	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1828,35	1828,35	1730,84	1730,84	0	0	0	15285,03
JÚNIOR E. F. D.			1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1828,35	1828,35	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	20477,55
RODRIGUES E. L. R. C.			1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1828,35	1828,35	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	20477,55
NETO M. A.			1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1828,35	1828,35	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	20477,55
PEIXOTO M. B. S.	12/11		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1730,84	1730,84
SILVA M. B.			0	0	0	0	1633,33	1730,84	97,51	0	0	0	0	0	3461,68
ARAÚJO M. M. L. F.			1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1828,35	1828,35	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	20477,55
FILHO W. E. C.			1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1828,35	1828,35	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	20477,55
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	Mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
FILHO A. F. F.			1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1828,35	1828,35	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	20477,55
SILVA A. R.			1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1828,35	1828,35	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	20477,55
SOUZA C. L.			1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1828,35	1828,35	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	20477,55
DUARTE J.			1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1828,35	1828,35	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	20477,55
CABRAL L. C. S.				1633,33	1633,33	0	0	1730,84	0	1730,84	0	0	1730,84	0	8459,18
ABREU R. L. S.			1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1633,33	1828,35	1828,35	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	1730,84	20477,55

**QUADRO 13.2 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

VALORES EM R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
<b>Órgão: CODERN</b>			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
<b>Número de membros:</b>	03	03	03
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>666.245,80</b>	<b>603.100,00</b>	<b>551.696,59</b>
a) salário ou pró-labore	614.321,40	603.100,00	526.488,40
b) benefícios diretos e indiretos	0	0	0
c) remuneração por participação em comitês	0	0	0
d) outros (13º salário e outros)	51.924,40	0	25.208,19
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	<b>43.374,75</b>	<b>37.888,88</b>	<b>34.726,46</b>
a) bônus	0	0	0
b) participação nos resultados	0	0	0
c) remuneração por participação em reuniões	0	0	0
d) comissões	0	0	0
e) outros	43.374,75	37.888,88	34.726,46
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	<b>709.620,55</b>	<b>640.988,88</b>	<b>586.423,05</b>
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>	0	0	0
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	0	0	0
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>	0	0	0

**QUADRO 13.3 - DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES**

Não Aplicável à CODERN

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
<b>Órgão: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN</b>			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
<b>I – Bônus (a+b+c+d)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
b) valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0
d) valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0
<b>II – Participação no Resultado (e+f+g+h)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
f) valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0
<b>III – Total ( I + II)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 14 - INFORMAÇÕES SOBRE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

Nome: PORTUS;

Razão Social: Instituto de Seguridade Social – PORTUS

CNPJ: 29.994.266/0001-89;

Demonstrativo Anual

### QUADRO DE CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES E DA PATROCINADORA PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL EXERCÍCIO DE 2011

MÊS	SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO DO PATROCINADOR	OUTROS REPASSES *	CONTRIBUIÇÃO BENEFICIÁRIOS	TOTAL
JANEIRO	811.814,97	62.559,53	54.311,05	62.559,53	139.276,61
FEVEREIRO	751.266,93	54.766,91	55.414,51	54.766,91	123.275,88
MARÇO	733.468,51	53.241,98	54.205,56	53.241,98	120.520,43
ABRIL	742.728,42	54.319,87	55.031,85	54.319,87	158.262,86
MAIO	729.123,73	52.052,81	54.623,99	52.052,81	118.004,34
JUNHO	763.655,97	56.468,17	56.032,58	56.468,17	126.878,86
JULHO	767.469,90	56.735,03	55.611,62	56.735,03	127.452,41
AGOSTO	755.115,27	55.669,57	56.082,02	55.669,57	125.260,66
SETEMBRO	736.792,32	54.180,78	62.211,12	54.180,78	122.682,11
OUTUBRO	741.218,12	54.511,98	55.525,29	54.511,98	123.207,75
NOVEMBRO	958.829,70	66.285,36	47.712,05	66.285,36	183.791,53
DEZEMBRO	822.390,68	65.868,55	47.545,49	65.868,55	146.182,53
13º SALÁRIO	693.127,64	56.918,14	12.870,42	56.918,14	127.587,69
<b>TOTAL</b>	<b>10.073.645,38</b>	<b>743.578,68</b>	<b>667.177,55</b>	<b>743.578,68</b>	<b>1.742.383,66</b>

\* Contribuição jóia + Assistidos + RTSA + Parcelamento da Dívida

Nota: A CODERN (Sede+ATESAB+PORNTAT) está inadimplente com a RTSA desde janeiro de 2007

\*Refere-se a pagamento de Contribuição aos Assistidos, Reserva de Tempo de Serviço a Amortizar – RTSA, (Porto de Maceió) e Contribuição de Jóias.

#### **Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições:**

A CODERN recolhe para o PORTUS além das contribuições normais, valores para atender a paridade aos assistidos, recolhimento de jóias e pagamento de contratos assinados com aquela instituição referentes às Reservas de Tempo de Serviços a Amortizar – RTSA de dívida relativa a contribuições não recolhidas. Não houve pagamento de parcelamento de contrato neste exercício;

## 15 - OUTRAS INFORMAÇÕES.

Convênio SEP/001/2008-3ª Fase, assinado em 01 de setembro 2008 com a Secretaria Especial de Portos-SEP, para o Programa de Trabalho 26.784.1459.5597-0027- Construção do Cais de Contêineres no Porto de Maceió – AL, que já se encontra concluído, cujos valores a seguir revelamos:

### EXECUÇÃO DO CONVÊNIO SEP/001/2008-3ª FASE

Em R\$

Discrição	Liberado-SIAF	Executado	A Executar
Recursos recebidos	12.273.247,68		
Valores pagos		8.668.087,18	3.605.160,50
Valor devolvido		3.605.160,50	0,00
Total	12.273.247,68	12.373.247,68	0,00

Convênio 009/2008, assinado em 31 de dezembro de 2008 com Secretaria Especial de Portos - SEP, para o Programa de Trabalho 26.784.1470.114G.001 para implementação dos Programas Ambientais PBAS, Portaria nº 348/2008 para realização do Monitoramento Ambiental da Obra de Dragagem de Aprofundamento do Porto de Natal da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN no montante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Este Convênio encontra-se em execução cujos valores a seguir revelamos:

### EXECUÇÃO DO CONVÊNIO SEP/009/2008

Em R\$

Discrição	Liberado-SIAF	Executado	A Executar
Recursos Liberados	210.000,00		
Valores pagos		209.940,00	60,00
Total	210.000,00	209.940,00	60,00

Natal, RN, 31 de dezembro de 2011.

EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR  
Diretor-Presidente

GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE FARIA  
Diretor Administrativo e Financeiro

HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH  
Diretor Técnico – Comercial